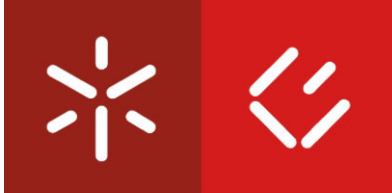


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Carlos Alexandre Ferreira Marques

**Influência francesa em África
no século XXI: O caso do Níger**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Carlos Alexandre Ferreira Marques

**Influência francesa em África
no século XXI: O caso do Níger**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José António Palmeira

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador Doutor José António Palmeira, por acreditar no meu potencial, pela orientação e pelo bom convívio neste ano de trabalho.

Aos meus pais e irmão pelo apoio incessante.

Quero agradecer em especial a Meritxell Veloso e a todos os meus colegas, principalmente aqueles que, com o seu apoio, participação, mera curiosidade e disposição ajudaram a realização e desenvolvimento deste.

Agradeço á todos aqueles que de alguma forma agregaram em meu enriquecimento pessoal.

RESUMO

A presente dissertação pretende analisar a relação entre a França e o Níger no século XXI. O objetivo principal é verificar qual o grau de influência que a França dispõe atualmente no século XXI no Níger. Procuramos identificar se após mais de 60 anos das independências formais concedidas às suas ex-colónias, a França mantém algum tipo de influência em território africano.

A investigação pretende analisar os meios que o governo francês dispõe para manter ainda a sua influência na zona francófona em África. Apesar de estarmos num mundo cada vez mais globalizado, o que facilita um maior número de alternativas aos países Africanos, estes continuam a priorizar o seu relacionamento com França.

Como iremos ver no decorrer desta investigação, a França exerce a sua influência através dos seus meios (políticos económicos, socioculturais, militares) de que dispõem para beneficiar-se economicamente. Esta situação acontece desde 1960 até aos dias de hoje, no entanto, em menor grau que em décadas passadas.

A utilização do Franco CFA – única moeda colonial ainda em circulação - por parte das ex-colónias francesas, limita em vários aspetos os países africanos, principalmente no comércio internacional e sobretudo no desenvolvimento económico da nação. Vigoram determinadas regras desde 1945, por parte do Banco Central francês que os países devem cumprir.

Apesar das independências concedidas na década de 60 e de estarmos num mundo mais globalizado, a França exerce ainda hoje, no século XXI, uma considerável influência na zona francófona.

Palavras-chave: França, Níger, Geopolítica, Poder, Pós-colonialismo, Diplomacia Económica, Diplomacia Cultural, Cooperação para o Desenvolvimento.

ABSTRACT

The objective of this essay is to analyse the relation between France and Niger during the XX century. The main goal is to see how many influence France has on Niger nowadays in XXI century. We try to see if after 60 years of formal independence give to their ex colonies France still having any influence in this countries/ in African territories.

The investigation pretend to analyse the tools that French government has to maintain their influence in the francophone zone in Africa. Even if we are in a world more and more globalize who facilitates the communication with other countries they still prioritising the relation with France.

During this essay we will see France influencing these countries through their tools (economic, political, socio-cultural and military) in order to have economical benefits. This situation occurs since 1960 but nowadays is less important than on the past.

The utilization of Franc CFA - the only colonial currency in circulation at this moment - by the ex French colonies is a drawback mainly for the international exchanges and above all for the economic development. Some laws by the French central bank still into effect since 1945 and these countries had to follow them.

Even after the independencies given in the 60's and being in a globalize world France still having a non-negligible influence in the francophone zone nowadays.

Keywords: France, Nigeria, Geopolitics, Power, Post-colonialism, Economic Diplomacy, Cultural Diplomacy, Development Cooperation.

ÍNDICE

Introdução

Enquadramento e justificativa	01
Problemática	06
Estado da arte	07
Hipóteses	09
Estrutura	10
Metodologia	11

Capítulo I - Poder, geopolítica e pós-colonialismo 13

1.1 – O poder consoante Maquiavel	15
1.2 – Hans Morgenthau, Kenneth Waltz, John Mearsheimer e o poder	18
1.3 – Joseph Nye e o <i>soft power</i>	20
1.4 – A dispersão do Poder	22
1.5 - Geopolítica	25
1.6 – Pós-colonialismo	28

Capítulo II – Diplomacia cultural 31

2.1 – O conceito de diplomacia cultural	33
2.2 – Diplomacia cultural francesa	34
2.3 – Estrutura institucional, recursos financeiros e objetivos	35
2.4 – Mobilidade académica: <i>Campus France</i>	38
2.5 – Outros meios da diplomacia cultural	39
2.6 - A Organização Internacional da Francofonia e o soft-power	40
2.6 – Política cultural francesa em África	41

Capítulo III – Geopolítica francesa em África	43
3.1 – <i>A Françafrigue</i>	45
3.2 – Geopolítica francesa	46
3.2.1 – Jacques Chirac <i>l'africain</i>	47
3.2.2 – Nicolas Sarkozy: rotura ou continuidade?	49
3.3 – A República do Níger	53
3.3.1. – Política Interna de 1999 a 2011	53
3.3.2. – Política Interna de 2001 em diante	534
3.4 – Situação securitária no Sahel	54
Capítulo IV – Diplomacia Económica e cooperação para o desenvolvimento	57
4.1 – A economia do Níger	59
4.2 – Cooperação para o desenvolvimento	60
4.3 – Política monetária: o Franco CFA	61
Conclusões	65
Bibliografia	73
Anexos	79

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AEF	Audiovisuel Extérieur de France Médias Monde
AF	Alliance Française
AFD	Agence Française de Développement
BCF	Banco Central de França
CEDEAO	Comunidade Económica de Estados de África Ocidental
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária de África Central
CFA	Communauté Financière d'Afrique
EIIL/ISIS	Estado Islâmico do Iraque e do Levante
ELF	Essence et Lubrifiants de France
FMM	France Médias Monde FMM
FMI/IMF	Fundo Monetário Internacional
IF	Instituto Francês
IRD	Instituto de Investigação para o Desenvolvimento
OIF	Organização Internacional da Francofonia
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RAE	Real Academia da Língua Espanhola
RFI	Rádio France International
UA	União Africana
UE	União Europeia
UIJPLF	União Internacional de Jornalistas de Imprensa de Língua Francesa
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
XAF	Franc de la Coopération Financière d'Afrique Central
XOF	Franc de la Communauté Financière d'Afrique

INTRODUÇÃO

Enquadramento e justificativa

A presente investigação pretende analisar a influência Francesa no continente africano no século XXI, tendo como estudo de caso a relação entre a República Francesa e a República do Níger. Tendo como objetivo analisar qual o grau de influência tem a República Francesa na sua relação para com a República do Níger. Pretendemos compreender se as relações são benéficas para ambos, ou pelo contrário, só favorecem os interesses da República Francesa. Qualquer que seja o resultado, queremos tentar ver que tipo de relação existe entre ambas, isto é, saber se são relações de cooperação ou sobretudo neocoloniais.

A República do Níger encontra-se na zona do Sahel, uma região de fortes inquietações para os países da região e inclusive, para os países europeus. Neste espaço convergem, ainda, vários focos de preocupação regional e europeia: os efeitos da Primavera Árabe; as consequências da queda do ditador Muamar el Gadafi que provocou a dispersão por toda a região do seu arsenal militar; a atual instabilidade da Líbia que afeta os seus vizinhos; o surgimento dos movimentos em prol da independência Touareg; o aparecimento do Jihadismo (BokoHaram, ISIS...) no Sahel; os grandes fluxos migratórios com destino na Europa; e todo o tipo de tráfico ilegal. O impacto geopolítico, geoeconómico e geoestratégico é muito importante para Franceses e Europeus.

Após as independências da década de 1950-1960, criou-se uma rede denominada *Françafrique*. O termo *Françafrique* tem a sua origem na década de 50 e 60 quando surgiram os primeiros movimentos em prol da independência das ex-colónias francesas no continente africano (Verschave¹, 1998). O vocábulo foi usado pela primeira vez em 1955 pelo Presidente da Costa de Marfim, Félix Houphouët-Boigny, para definir o interesse de diversos dirigentes africanos da época em preservar uma relação de exclusividade com a França após a independência (Verschave, 1998).

Com o decorrer do tempo, o vocábulo adquiriu um contexto pejorativo. Atualmente, o termo *Françafrique* ou “France à fric” no pior dos casos, descreve a influência política e económica que a França

¹François-Xavier nasceu a 28 de outubro de 1945 em Lille, França. E faleceu a 29 de junho de 2015 em Villeurbanne, França. Foi um economista muito crítico para com as relações franco africanas durante e depois do processo descolonizador. Foi autor de dois livros, *La Françafrique* (1999) e *Noir Silence* (2000) que criticavam fortemente a exploração francesa em África. Além disso, é membro fundador da associação *Survie*. Uma associação sem ânimo de lucro que procura divulgar esta realidade. Fonte: https://fr.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7ois-Xavier_Verschave

exerce para com as suas ex-colónias (Vampouille, 2011).

O espaço *Françafrique* está composto pelos seguintes países: Senegal, Costa de Marfim, Burquina-Faso, Togo, Benim, Níger, Mali, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, Republica Centro Africana, Camarões, Comores, Madagáscar e Djibouti (Verschave, 1998).

Esta rede, *Françafrique*, foi idealizada por Charles De Gaulle e Jacques Foccart² em 1958 durante a constituição da V República Francesa (Verschave, 1998; Benquet, 2010). O objetivo principal era manter a influência francesa nas ex-colónias após a sua independência para assim preservar os seus interesses nacionais. Era impensável para Paris perder o controlo dos colossais recursos naturais e dos hidrocarbonetos que possuíam os solos africanos. Aliás, após a segunda guerra mundial, uma das características que definia um país como grande potência internacional, era a sua independência energética, daí, o forte interesse francês em manter o acesso e controlo desses mesmos recursos.

Por exemplo, foi no início da década de 60 que se criou a *EsenceetLubrifiants de France*(ELF), atual TOTAL. Foi durante muitos anos uma empresa estatal dedicada à extração e distribuição de petróleo até à década de 90 quando foi privatizada (Benquet³, 2010).

Com o intuito de preservar essas relações estratégicas, Paris colocou em funcionamento uma rede de contactos e mecanismos secretos que favoreceram golpes de Estados, assassinatos políticos, corrupção e genocídios. E assim se deve a má imagem que a França tem atualmente no continente africano (Benquet, 2010).

Além disso, estas relações tinham objetivos a longo prazo.

Limitar a expansão do comunismo em África; conseguir travar a influência americana e inglesa no continente africano; e contrapesar a perda da Argélia (Verschave, 1998; Benquet, 2010).

Existem outras áreas através das quais a França também exerce a sua influência em África. Os aspetos da política cultural exterior também são relevantes para manter a influência em África. São os meios mais legítimos perante as sociedades.

No que concerne à política de cultura exterior, temos o *InstitutFrançais*(IF) e a *AllianceFrançaise*(AF) que são organismos de carácter público que visam a promover por todo o mundo a língua e a cultura francesa. Através destas duas instituições, França consegue também expandir a sua língua e a sua cultura além-fronteiras.

²Jacques Foccart nasceu a 31 de agosto de 1913 em Ambrières-les-Vallées, França. E morreu a 19 de março de 1997 em Paris, França. Era também conhecido pelo nome de *Monsieur Afrique*. Tendo sido durante muitos anos secretário-geral do Élysée junto de Charles de Gaulle, de 1960 a 1974

³Patrick Benquet é um realizador.

Além disso, também foram criados diversos canais de televisão e de rádio específicos para o continente Africano, em especial para a zona francófona, entre os quais France24, *Arte Afrique*, *TV5 Monde...* (Laurant, 2015).

Também é importante carecer a existência de acordos bilaterais em aspetos fundamentais para ambos. Existem acordos bilaterais em temas económicos, em cooperação ao desenvolvimento e em temas securitários.

É preciso esclarecer que existem poucas investigações referentes à temática apresentada. Os principais motivos desta ausência de conteúdo é o facto de o continente Africano ser considerado pela sociedade Francesa como um lugar bastante perigoso; pouco ou nada atrativo a nível económico e cultural; a sociedade francesa prioriza outras regiões ou continentes; a renovação da classe política e da sociedade, provocou uma mudança de prioridades considerável; interesse científico é escasso...

Aliás, as poucas investigações existentes nesta temática focam-se principalmente no século XX e não, no período que queremos abordar nesta investigação, de 1996 a 2012. Entre essas poucas investigações podemos destacar o documentário *Françafrique* de Patrick Benquet – realizador francês-, também podemos destacar os livros: *La Françafrique, le plus long scandale de la République*, *Noite Silencee De la Françafrique à la Mafrafrique* do mesmo autor François-Xavier Verschave. Por último, também podemos encontrar informação pertinente na associação independente e de cariz não lucrativo *Survie*, a qual pretende expor/divulgar sobre este problema. A falta de conteúdo também se deve ao facto de o tema ainda ser considerado tabú pelo Estado e pela sociedade. Situação que obstaculiza encontrar informação de fontes primárias.

Decidimos centrar-nos nos mandatos dos dois últimos Presidentes da República Francesa, Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy. Este período vai desde 1996 até 2012. Não iremos analisar o mandato do atual Presidente, François Hollande, por este ainda não ter finalizado a sua Presidência.

Foi durante a segunda metade do século XIX e primeira do século XX que surgiram as primeiras teorias que criticavam abertamente as ações dos países colonizadores. É difícil descrever o imperialismo, já que este abarca um período histórico muito vasto e complexo. Apesar disso, podemos dizer que o imperialismo representa o controlo e dominação exercido por grandes potências colonizadoras para com outras nações menos fortes independentemente da sua localização geográfica, da existência ou não de vínculos anteriores, da sua situação socioeconómica e com o intuito de satisfazer as suas necessidades.

Existem dois tipos de imperialismo: o imperialismo regressivo e o imperialismo expansionista (Marimar, 2016), os quais iremos descrever mais adiante. Consoante alguns historiadores, a época de ouro de imperialismo situa-se entre 1875 e 1915. O imperialismo implica muito mais que uma expansão territorial ou comercial. Através desta expansão, as nações europeias conseguiram aceder a novas fontes de recursos

naturais, aceder a novos mercados e manter um controlo político, militar e económico nessas regiões colonizadas (Marimar, 2016).

O imperialismo representa o controlo e dominação exercido por grandes potências colonizadoras, principalmente europeias, sobre nações menos fortes, independentemente da sua localização geográfica, da sua situação socioeconómica e com o intuito de satisfazer as suas necessidades em termos de recursos.

Este processo de expansão além-fronteiras surgiu no fim do século XIX. No cúmulo produtivo da segunda revolução industrial, o sistema capitalista viu-se forçado a procurar novos mercados onde pudesse escoar o excedente produtivo. Devido a esse fator, muitos capitalistas e burgueses promoveram e financiaram expedições além-fronteiras esperando com isso grandes benefícios económicos (Marimar, 2016). Este processo implicou não só uma expansão territorial/comercial, mas também a implementação de um sistema dominante no âmbito político, económico, militar provocando a perda de soberania dos territórios anexados pela força.

Lenin definiu o imperialismo como a concentração e acumulação de capital financeiro administrado por um estado hegemónico como os Estados Unidos. Considerou que o imperialismo era a fase superior/final do capitalismo. Lenin acrescenta que o imperialismo é a fase final do desenvolvimento do sistema capitalista. O imperialismo também é definido pelas teorias Marxistas como a dominação e controlo que exerce um Estado poderoso com estados menos fortes.

Ambos conceitos, imperialismo e neocolonialismo, enquadram-se as ações criminosas que se têm vindo a realizar a França em África desde 1815, com a invasão da atual Argélia. Atualmente, a situação de influência ainda é exercida através de determinados mecanismos como iremos ver mais adiante. O império colonial francês foi o segundo maior em extensão territorial e também o segundo mais importante economicamente só por de trás do império britânico.

Alguns países europeus como o Reino Unido, França, Alemanha, Espanha e Portugal entre outros, colonizaram o continente africano durante décadas. Os processos de descolonização deram-se todos no mesmo período, de 1945 a 1975.

A principal diferença entre o processo francês e os restantes países europeus, reside no facto, das ex-colónias francesas decidirem submeter-se às regras e diretrizes de Paris ainda após as independências. Situação que não aconteceu com as ex-colónias da Alemanha, Namíbia, do Reino Unido – Nigéria, África do Sul – entre outros. Excluindo a zona francófona, todos os países africanos colonizados por países europeus optaram por recuperar a soberania e o controlo de todos os instrumentos estatais durante o processo descolonizador.

No caso dos três países supramencionados, todos eles possuem instrumentos sem qualquer tipo de vínculo com o país colonizador, situação que não acontece nos países da zona francófona. O Franco CFA, moeda de comércio dentro da zona francófona, é ainda hoje, a única moeda da época colonial que subsiste desde as independências há 60 anos.

Dos diversos países africanos colonizados por França decidimos selecionar a República do Níger por ser um dos países mais estáveis, dentro da zona francófona. Além disso, outro dos motivos pelo qual selecionamos a República do Níger, é a referência aos fortes interesses económicos que França no norte do país.

Dentro da zona francófona em África existem a priori dois modelos políticos, no entanto, as diferenças são pouco visíveis.

Por um lado, temos nações africanas que ainda mantêm no poder governantes que duram desde a época colonial, como é o caso da República dos Camarões com Paul Biya à cabeça, como foi a República do Gabão com Omar Bongo - já falecido, e que durou quarenta e um anos no poder -, nações nas quais as mudanças políticas são quase insignificantes, já que em muitos casos, os sucessores são familiares diretos como é o caso da República do Gabão. Ali Bongo, filho do Ex-Presidente da República do Gabão, substituiu o pai após este ter governado durante os quarenta e um anos.

Por outro lado, temos países como a República do Níger que apesar de existir eleições, os países estão constantemente em conflitos internos devido às constantes tentativas de golpes de estado, os líderes autoritários, repressões aos rivais políticos, como foi o caso de Mamadou Tandja, Presidente do Níger durante dois mandatos e que tentou retirar as limitações constitucionais para se manter no poder por muitos mais anos.

Os motivos que me fizeram escolher esta temática é o fato de existir pouca divulgação científica do continente africano em comparação com outras regiões; a pouca ou nula informação sobre as relações que os países europeus, neste caso a França, mantêm com as suas ex-colónias no presente século e sobretudo o gosto pessoal pela cultura e pela história do continente africano e a curiosidade por tentar compreender se as relações benfeitorizaram ao longo dos anos favorecendo ambas partes da forma mais equitativa possível.

Selecionamos a República do Níger por ser um dos países mais estáveis politicamente em comparação com os seus vizinhos da zona francófona. Outro motivo pelo qual selecionamos a República do Níger, é a referência aos fortes interesses económicos que França possui no país.

Além disso, o atual colapso dos mercados financeiros das matérias-primas, fonte de ingressos de grande parte das nações africanas, poderá provocar um caos nas sociedades africanas, situação que poderá ocasionar novos protestos e prejudicar os interesses franceses e nacionais do Níger (diminuição das receitas

fiscais, diminuição do investimento estrangeiro em projetos mineiros e petrolíferos, caos social).

Problemática

O principal objetivo da presente investigação passa por analisar que tipo de relação existe atualmente, entre França e o Níger, daí a questão central desta investigação:

Influência francesa na África no século XXI:

O caso da República do Níger

No sentido de dar resposta à questão de partida supramencionada, existem diversas questões que também deverão ser respondidas ao longo do trabalho:

- I. Qual o estado atual da célula *Françafrique*?
- II. Qual o grau de importância da República do Níger para a França?
- III. Quais são os interesses franceses no país?

Consideramos estas questões relevantes como base para tentar perceber qual o grau de influência que França exerce com o Níger. A partir das questões supramencionadas podemos analisar qual o grau de influência que a França exerce atualmente na sua relação com o Níger. É de frisar que esta situação não pode ser extrapolada às restantes ex-colónias devido às diferentes características político-económicas e aos diversos fatores geopolíticos de cada país.

Ao analisarmos o estado da célula *Françafrique* podemos ver qual o grau de relevância que esta tem atualmente em comparação com a época colonial – época de máximo esplendor da célula -. Ao analisar o estado da célula, também podemos ver qual a amplitude da rede de contactos e o seu grau influência atual.

Também será importante decifrar qual o grau de relevância que os governos franceses concederam ao continente africano, mais concretamente, à República do Níger. Com isso, podemos identificar quais são os interesses franceses em território africano. Situação que nos leva posteriormente a responder à terceira questão. Com estas sub-questões poderemos responder a questão central desta disserta, e avaliar qual o grau de influência que a França têm atualmente na República do Níger

Estado da arte

Abordagens diversas analisam a influência por parte de países europeus em solo africano. Há trabalhos que abordam a mesma temática, mas com países diferentes como são os casos de Espanha, Portugal ou o Reino Unido. Estão principalmente focados no processo de descolonização e no decorrer do mesmo durante o século XX. O presente trabalho foca-se na influência que pode ou não exercer a República de França no Níger, no presente século.

Muitos desses trabalhos realizados surgiram juntamente com os movimentos anti-imperialistas do século XIX. Estes movimentos criticavam abertamente os abusos exercidos e os crimes praticados pelas potências europeias com os povos africanos, antes e durante a ocupação colonial⁴.

Em vários trabalhos da mesma temática, mas com países diferentes, analisaram-se principalmente aspetos económicos, como a exploração de recursos naturais, hidrocarbonetos, a exploração de mão-de-obra. No presente trabalho pretendemos centrar a nossa atenção na relação entre a República de França e a República do Níger no presente século XXI em diversos aspetos (económicos, geopolíticos e culturais).

O presente trabalho baseia-se em estudos já realizados pelos seguintes investigadores:

- François-Xavier Verschave é um economista muito crítico com as relações franco africanas durante e depois do processo descolonizador. É autor de dois livros que desenvolvem a mesma temática, *La Françafrique* (1999) e *Noir Silence* (2000). Além disso, é membro fundador da associação *Survie*, uma associação sem fins lucrativos que procura divulgar esta realidade para conhecimento dos franceses. As relações franco africanas são um tema praticamente tabu entre a população francesa;
- Patrick Benquet é um realizador francês que produziu um dos documentários mais detalhados da presente temática. Este documentário centra-se no período entre 1960 e 2010. O documentário explora a política externa e a geopolítica dos diversos governos no poder desde o processo de descolonização até ao ano 2010. Ao longo do documentário podemos ver diferentes provas e como testemunhas certificam que a influência francesa não desapareceu depois das independências. Benquet é um defensor dos direitos e da soberania dos povos africanos face à influência dos países europeus;
- Isabelle Birambaux é uma jornalista de investigação francesa que trabalha para o Jornal

⁴ Recentemente o candidato às presidências francesas, Emmanuel Macron, declarou num dos deslocamentos que fiz à Algeria que os atos cometidos pelo povo francês durante a colonização foi uma barbárie e um crime contra a humanidade sem precedentes. Nessa mesma entrevista em Argel, Emmanuel Macron pede desculpas ao povo pelos atos cometidos durante a época colonial. <http://www.leparisien.fr/elections/presidentielle/video-en-algerie-macron-s-excuse-pour-la-colonisation-la-droite-denonce-une-faute-grave-15-02-2017-6684201.php>

Ouest France em Espanha. É uma colaboradora em artigos relacionados com a política francesa no exterior. Damos destaque a um artigo em concreto, realizado em colaboração com um dos *think-tanks* mais conhecidos de Espanha, el Real Instituto El Cano, Birambaux apresenta a política exterior francesa do Institut Français desde a sua reorganização em 2011. Neste artigo titulado “El *Instituto Français* se renova: una reforma al servicio del *soft-power*”, Birambaux apresenta um aspeto pouco desenvolvido, a política cultural exterior dos governos através do *Institut Français*(IF).

- Nicolau Maquiavel foi um escritor, diplomata e filósofo político do século XV e XVI. Foi sem dúvida, uma das figuras mais relevantes do Renascimento italiano. As suas abordagens centram-se principalmente no papel do Estado e do governo. O seu livro mais importante “O Príncipe” expõem as principais teorias políticas sobre o Estado e qual o papel de um bom governo/governante. Pretendemos analisar essas teorias e adaptar à realidade da relação entre a República Francesa e a República do Níger.
- Hans Joachim Morgenthau foi um dos precursores do estudo das relações internacionais durante o século XX. Nos seus vários livros entre os quais podemos destacar *Politics Among Nations*, Morgenthau que expõem a visão realista de como atuam e se relacionam os Estados entre si, focando-se principalmente na política exterior. Morgenthau defendia que o Estado procurava sempre sobreviver e acumular mais poder, para com isso, conseguir maior segurança para seu interesse nacional.
- Joseph Nye é um geo-politólogo e professor universitário de grande relevância académica dentro das relações internacionais. É um dos principais pioneiros na divulgação do conceito de *soft-power* e *smart-power*. A incorporação destes conceitos às relações internacionais veio dar uma nova perspetiva de análise. O *soft-power* é a capacidade de um país conseguir captar a atenção de outro sem a utilização da força ou de medidas persuasivas. Essa capacidade é muito utilizado hoje em dia pelas principais potências industriais do hemisfério norte para conseguir seduzir países vizinhos, e assim, atrair talento, alterar estereótipos, criar pontes entre culturas, promover o uso da língua. Neste caso, iremos analisar quais os meios postos em prática pela França para conseguir captar a atenção da população do Níger.
- Kako Nubukpo foi ministro de economia da República do Togo. E é um dos principais defensores da necessidade que os países africanos, principalmente as ex-colónias francesas, abandonem a utilização do Franco CFA como moeda de transações comerciais.

Com a incorporação desta análise à diplomacia cultural francesa, pretendemos avaliar as relações entre a República de França e a República do Níger desde outra perspectiva, tornando assim, a investigação multidisciplinar.

Além disso, recolhemos informações de outras investigações que analisaram de forma independente os mandatos de Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy. Trata-se de dois colaboradores do *Institut Français de Relations Internationales*. Assane Thiam é um especialista nas relações entre o continente africano e a França. Baseamo-nos no seu artigo científico que analisa as relações franco-africanas. Assane Thiam é um pseudónimo utilizado por um alto cargo do ministério dos assuntos externos francês em África para ocultar a sua verdadeira identidade; Gérard Claude é um professor doutorado em história contemporânea, especialista em questões migratórias e geopolíticas do mediterrâneo. É colaborador do *Institut Français des Relations Internationales* analisa as relações franco africanas durante o mandato de Jacques Chirac entre 1996 e 2006.

Destacamos, por último, um artigo científico de Nubupko. KakoNubupkoque é um ex-ministro, macroeconomista e doutorado em ciências económicas da Republica Togolesae que atualmente é diretor do departamento da francofonia económica na Organização Internacional da Francofonia. No seu artigo, *Sortir l'Afrique de la servitude Monétaire. À qui profite le franc CFA*. Nubupko explora profundamente um tema económico pouco destacado em grande parte das análises que envolvem as relações franco africanas: a utilização da moeda colonial, o Franco CFA.

Hipóteses

Atendendo às diversas limitações estruturais dos sistemas político-económicos das nações africanas, a probabilidade de dependência destas no comércio bilateral com a França poderá ser de um grau elevado. Situação que não ocorre da forma inversa.

Grande parte dos Estados Africanos sofre constantemente ameaças internas (tentativas de golpes de Estados, caos social, conflitos étnicos, corrupção institucional...) e externos (ameaças terroristas, fortes migrações, problemas ambientais...) fatores que favorecem aproximação dos países da zona francófona à França.

Os diversos problemas institucionais e socioeconómicos representam um grande *handicap* para uma maior independência dos países africanos para com a França. Além disso, ainda existem tratados assinados desde a época colonial que ainda não foram adaptados às circunstâncias atuais, situação que prejudica o

desenvolvimento socioeconómico dos países africanos no comércio internacional (Benquet, 2010).

Como ponto partida temos:

1. Existência de uma determinada influência por parte da República Francesa para com a República do Níger. Esses aspetos residem na: utilização ainda hoje da moeda colonial, aspeto que pode influir no desenvolvimento socioeconómico interno e externo do país. Aliado a este fator, temos de acrescentar as deficiências estruturais e institucionais do país, situação que dificulta uma maior independência e autonomia estatal. Pretendemos assim, avaliar quais são os aspetos que provocam esta influência francesa na República do Níger;
2. Não existe nenhum tipo de influência ou ação que possa interferir nos interesses nacionais e/ou exteriores do Níger. Considerando assim, que a relação entre ambas as nações é equilibrada, justa e equitativa para ambas partes.

Também é importante destacar que uma relação é formada por duas partes, ambas com o mesmo nível de decisão. Com isto, queremos dizer que se a situação atual é semelhante ao ponto um ou dois, vai depender da atitude, ações e interesses de ambas partes. Esta situação poderá ser causada pela inação por parte dos governantes de uma das duas partes em querer alterar a situação.

Estrutura

A presente dissertação vai estar dividida em 4 capítulos (Poder, geopolítica, pós-colonialismo e neocolonialismo; política cultural exterior; a geopolítica francesa no caso de estudo, a República do Níger; política exterior económica e cooperação ao desenvolvimento).

No primeiro capítulo, iremos fazer um percurso pela evolução do conceito do poder, desde Maquiavel até aos dias hoje. Com isso, procuramos mostrar a evolução do conceito e mostrar a sua constante readaptação aos diversos períodos históricos. Além disso, iremos definir os conceitos de geopolítica, pós-colonialismo, neocolonialismo/imperialismo para que possamos ter uma base científica clara.

No segundo capítulo, iremos falar da política cultural exterior francesa. Analisaremos os diversos instrumentos de que dispõe a República Francesa para promover a sua cultura além-fronteiras e quais os objetivos do governo.

No terceiro capítulo, pretendemos analisar a política exterior francesa para com a África e quais os interesses geopolíticos franceses no Níger. E o porquê da presença militar francesa em África.

Por último, iremos analisar os diversos aspetos económicos entre a República Francesa e a República do Níger, no âmbito da cooperação ao desenvolvimento, e nos intercâmbios comerciais. Tentando decifrar qual é a importância de cada um nesta relação.

Metodologia

Uma investigação científica depende de um conjunto de procedimentos que devemos definir desde um princípio para poder atingir os nossos objetivos. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (Gil, 199). A utilização dos métodos de pesquisa visa fazer uma junção entre a realidade empírica e as conceções teóricas do mesmo.

Iremos focar numa pesquisa de natureza aplicada, que consiste em gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas concretos (da Silva, 2005; Menezes, 2005).

No referente à forma de abordagem esta será numa pesquisa qualitativa, através da interpretação de fenómenos. Por regra geral, não será preciso a utilização de dados nem de estatísticas já que são fenómenos imateriais, no entanto, e sempre que possível, tentaremos apresentar algumas estatísticas para corroborar com dados reais (da Silva, 2005; Menezes, 2005).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, está será uma pesquisa bibliográfica através de material encontrado na internet, artigos, investigações, documentários, revistas científicas, elaboradas a partir de material que não recebeu tratamento analítico (Gil, 1991).

O método hipotético-dedutivo foi proposto por Popper, e consiste que quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenómeno. Para tentar explicar a dificuldades expressas no problema, são formuladas conjeturas ou hipóteses. Dessas mesmas hipóteses iremos deduzir as possíveis consequências que deverão ser ou não verificadas. Apesar da sua importância, hoje, mais que nunca, sabemos que não existe uma única maneira de raciocínio capaz de dar conta da complexidade dos diversos fenómenos que afetam diretamente um tema concreto (da Silva, 2005; Menezes, 2005). Tentaremos assim, construir uma explicação teórica daquilo que constataremos ao analisar o nosso estudo de caso.

Dada a natureza do tema em questão e as diferentes limitações (pouco conteúdo, pouca divulgação científica...), a análise será realizada com base em fontes secundárias, tais como artigos científicos, artigos de jornais, livros, análises de associações sem fins lucrativos, documentários, mas também, e sempre que for possível, tentaremos analisar e elaborar o nosso parecer desde a interpretação de fontes primárias do governo

francês ou do governo do Níger. Tentando assim, acrescentar mais valor à investigação.

No referente à generalização, esta será de tipo comparativo, procurando assim identificar semelhanças e diferenças entre o caso de estudo (República do Níger) e as restantes ex-colónias francesas.

A presente investigação foca-se no período de 1996 a 2012. O qual está dividido em duas partes: a primeira parte vai de 1996 a 2007, Presidência de Jacques Chirac e a segunda mais curta, de 2007 a 2012 do Presidente Nicolas Sarkozy.

Capítulo I

Poder, geopolítica e pós-colonialismo

No presente capítulo analisaremos a evolução do conceito de poder ao longo do tempo. Para isso, iremos começar com Nicolas de Maquiavel, autor do século XVI que apresenta o poder num panorama muito distinto ao atual. Posteriormente, analisaremos autores clássicos e finalmente, acabaremos com autores modernos. Com isto, procuramos mostrar que o conceito sofreu alterações e readaptações ao longo da história. Continuaremos com apresentação do conceito de geopolítica. Por último, e não menos importante, iremos definir os conceitos de pós-colonialismo, neocolonialismo e imperialismo.

1.1 - O Poder consoante Nicolau de Maquiavel

Um dos primeiros precursores do realismo político foi Nicolau de Maquiavel. O qual nasceu em 1469, em Florência - Itália, e morreu em 1527, na mesma cidade. Foi durante muitos anos conselheiro da família Médicis numa das épocas mais convulsas da história italiana. No seu livro mais célebre, O Príncipe, Nicolau de Maquiavel apresentou recomendações que deu a Lorenzo de Médicis para governar Florência. Nesse livro, o autor apresenta muitos argumentos que ainda hoje são reutilizados e muito recorrentes nas relações internacionais.

Nicolau de Maquiavel considera que o Estado deve ser sustentado por regras, por normas e pelas armas. Compreendemos o conceito de armas como o uso da força, a guerra, a violência etc. Conforme os escritos de Maquiavel, o príncipe pode ascender ao poder através das seguintes formas:

- Virtude, que é composta de coragem, decisão, determinação, talento, bravura entre outras características;
- Pelas armas, uso da força, da violência;
- Pelo acaso, herdeiro do pai, de um familiar etc;
- Pelo apoio de um aliado.

Maquiavel considera que existem dois grupos. Por um lado, o “*soft-power*” como, o apoio popular; alianças; um exército leal, sem que haja um uso da força de forma desproporcionada. Deste modo, e conforme Maquiavel, o facto de ascender ao poder através desta maneira seria mais benéfica para o príncipe, já que com o apoio e respaldo do povo e dos aliados, as suas ações estariam legitimadas. Além disso, a probabilidade de existirem mercenários, desertores e/ou opositores entre os seus aliados, é bastante inferior.

Por outro lado, teríamos os meios, mecanismos e/ou formas que podemos denominar de “*hard power*”. Os quais provocam mal-estar entre os opositores e o povo. Além disso, os requisitos e dificuldades de se manter no poder seriam agravados com o decorrer do tempo. Aliás, se o príncipe aceder ao poder através de alianças duvidosas (mercenários, alianças pouco estáveis.) isto pode dificultar enormemente a sua permanência, devido a dependência e aprovação destes últimos para serem recompensados e/ou beneficiados ao longo do tempo pelo seu esforço e lealdade.

Maquiavel também destaca a importância, de como o príncipe deve manter e fortalecer ao mesmo tempo a lealdade dos seus súbditos. Maquiavel identifica duas formas de “criar” lealdade e respeito por parte dos seus súbditos, de forma justa ou injusta. Para salvaguardar-se de futuros rivais, o Príncipe deverá assassinar e eliminar possíveis rivais com o intuito de favorecer a sua sobrevivência no poder. Na maioria dos casos estes atos são benéficos para os seus interesses a curto prazo. No entanto, em longo prazo acaba por prejudicar o Príncipe. O facto de assassinar possíveis rivais diretos/indiretos gera desconfiança, insegurança, instabilidade no seu entorno. Daí que muitas vezes, seja sempre o entorno mais próximos a querer derrocar o líder.

Maquiavel julga que o Príncipe deve cumprir com as seguintes características com o intuito de preservar e fortalecer o seu poder: ser justo, honrado, amável, corajoso, religioso e bondoso. Contudo Maquiavel reconhece que a natureza humana impede que o Príncipe tenha todas estas características desejadas, porém, aconselha que o mesmo não se deixe guiar por opiniões e interesses em seu entorno (familiares e aliados). Apesar destas imperfeições de natureza humana, Maquiavel salienta que é preferível que o Príncipe seja amado e idolatrado pelo povo e não odiado.

Este último argumento vai ao encontro do tema central do realismo político de Maquiavel. O qual se questiona sobre a importância de ser preferível ou ser admirado ou odiado pelo povo. O autor julga que deve existir um consenso, um equilíbrio entre ambas as caras da mesma moeda. Estes textos escritos por Maquiavel guardam grandes semelhanças com o tema desta investigação científica.

Podemos ver desde o princípio, a diferença entre os dois tipos de poder que podem ser utilizados pelos governantes. Duas caras da mesma moeda, para o autor é importante identificar e distinguir estas duas formas, as quais são bem distintas de aplicar para alcançar o mesmo objetivo.

Por um lado, temos uma forma através da qual o sujeito A usa a força sobre o sujeito B para conseguir o que o sujeito pretende, e que é conhecida como “*hard-power*”. Maquiavel considera que esta é a forma mais prejudicial para se manter no poder no longo prazo, e foi desta forma que os países europeus conquistaram o continente africano, utilizando as armas e o controlo.

Por outro lado, têm uma forma não violenta, a qual utilizam os meios mais pacíficos conhecidos

como *soft-power* para alcançar e manter-se no poder. Este último aspeto é importante, já que hoje em dia, muitos dos países colonizadores dispõem de mecanismos de *soft-power* para tentar manter debaixo da sua influência os países colonizados. Neste aspeto, a França não é a exceção como iremos ver mais adiante nesta investigação. Apresentaremos algumas das ferramentas utilizadas pelos governantes franceses para expandir a sua influência e manter um constante interesse externo da zona francófona.

Podemos identificar assim um antes e um depois após as independências, e traçar alguns paralelismos com a situação atual:

- Pré-independências: durante o período da colonização de África, a França fez o uso da força, da violência e da guerra para expandir e manter o seu império colonial. Milhões de pessoas foram vítimas destas ações em solo africano. Centenas de reinos e organizações tribais e regiões foram destruídas por completo. Além disso, os costumes económicos, político-sociais, culturais europeus foram incorporados à força, o que provocou a extinção de muitas culturas, etnias, tribos de longa tradição. Foram eliminadas as principais moedas de transação existentes e substituídas por europeias e/ou novas moedas de pago, como é ainda o caso do Franco CFA Comunidade financeira africana (CFA) que continua em circulação e é considerado por muitos economistas como um meio de controlo (Nubukpo, 2015). Daí que a cartografia da África seja muito peculiar. Inclusive a União Africana (UA), tem um programa específico através do qual quer analisar e determinar quais podem ser as novas fronteiras geográficas dos Estados afetados⁵;
- Pós-independências: Atualmente, e após as independências das ex-colónias francesas. França ainda mantém uma forte presença no continente africano através de diferentes meios e mecanismos, todos eles do "*soft-power*". Os interesses em dito continente são enormes. Após perder as colónias na América do Norte e na Ásia, França focalizou-se em manter e preservar as suas colónias africanas o máximo de tempo possível de modo a não cometer o mesmo erro. Devido à pressão internacional, a França viu-se obrigada a conceder a

⁵ La frontière continué à alimenter de nombreux conflits en Afrique. Dans le cadre du Mémorandum d'accord sur la sécurité, la stabilité, le développement et la coopération en Afrique, adopté en juillet 2002 à Durban (Afrique du Sud), les chefs d'Etat et de gouvernement africain ont décidé que la délimitation et la démarcation des frontières, qui ne l'ont pas encore été, doivent prendre fin en 2012. Pour faciliter ce processus, la Commission de l'Union africaine a lancé un Programme frontière continental, adopté par la Conférence des ministres africains le 7 juin 2007. Conçu avec l'appui technique du Secrétariat du CSAO et s'appuyant sur l'expérience du Programme d'Initiatives Transfrontalières (PIT) de la CEDEAO, ce programme vise à faire des frontières des pays un facteur d'intégration. <http://www.oecd.org/fr/csao/evenements/leprogrammefrontieredelunionafricaine.htm>; <http://www.peaceau.org/fr/page/27-au-border-programme-aubp>

independência. Os interesses económicos em solo africano são importantíssimos, devido em parte às suas necessidades de abastecimento em urânio proveniente da República do Níger. O Urânio que abastece 75% da eletricidade produzida pelas centrais nucleares.

Em continuação analisamos três autores clássicos. É de salientar que entre a época de Maquiavel e estes outros autores deram-se mudanças significativas a nível nacional, regional e global. Passamos de Cidades-Estado a grandes impérios, grande parte das monarquias desapareceram. Os desafios e responsabilidades dos governantes aumentaram, e não só os números de rivais que aspiram aceder ao poder.

Como podemos ver, Maquiavel apresenta duas formas distintas de governar, as quais não diferem muito das atuais. Por um lado, temos o *hard-power*, que utiliza a força como meio para conseguir os seus fins político-económicos.

E por outro lado, temos o que seria o *soft-power* atual, que procura captar a atenção e o interesse de rivais e formar assim sólidas alianças e uniões que beneficiem a cidade-Estado mais poderosa. A melhoria nas comunicações e transportes entre as cidades-Estado permitiram criar fortes vias de comunicação e comércio que favorecem às cidades-Estado mais poderosas como Veneza, Florença, provocando, assim, uma constante readaptação das teorias às exigências e características da época.

1.2 - O poder consoante Hans Morgenthau, Kenneth Waltz e John Mearsheimer

Hans Morgenthau considera o poder como sinónimo de sobrevivência, pelo qual se prende com a própria condição humana, como defendia Maquiavel. O Estado procura sempre sobreviver e acumular mais poder para conseguir maior segurança para seu interesse (Morgenthau, 1973). Estes interesses podem ser políticos, económicos, sociais ou culturais. A importância de preservar, ampliar e proteger esses interesses nacionais, influenciam por sua vez a tomada de decisões internas e externas por parte dos governantes (Morgenthau, 1973). Morgenthau considera que se analisarmos os interesses dos diferentes países, poderemos adivinhar as suas ações internas e externas. Por isso, é importante analisar quais as necessidades de cada país para poder interpretar as suas futuras ações além-fronteiras.

Morgenthau considera importante, que o investigador centre a sua análise nos interesses do país, o que permite deixar de lado aspetos menos relevantes como as motivações ideológicas dos governantes (Morgenthau, 1973). No entanto, Morgenthau não ignora a importância de fatores subjetivos como as

motivações e a ideologia dos governantes. Morgenthau admite que nem todas as decisões de política internacional foram tomadas da forma mais racional, ética e emocional (Morgenthau, 1973), prova disso, foram os acontecimentos ocorridos em 1982 na Argentina, onde inicialmente o governo iria negociar a recuperação das Malvinas com a Inglaterra. Porém, a dois de abril desse mesmo ano, o governo decidiu unilateralmente atacar as Malvinas, situação que provocou um conflito que ainda dura. Por isso, Morgenthau considera importante não ter em conta estes fatores irracionais que na maioria dos casos diferem da realidade e dos interesses nacionais. Essas ações são pouco racionais e coerentes. O realismo político sustenta que uma boa política externa é o reflexo de decisões racionais, coerentes e objetivas que pretendam maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos da nação e de seus habitantes (Morgenthau, 1973).

Com o decorrer do tempo, surgiram outros autores que foram progressivamente adaptando e acrescentando ideias complementares ao conceito inicial exposto por Morgenthau. Exemplos disso, foram as incorporações efetuadas por Kenneth Waltz, precursor do realismo defensivo. Para Waltz, o poder seria a acumulação de capacidades militares e económicas, criando assim, diferentes níveis de poder entre os estados. Os quais podemos diferenciar entre grandes/pequenas e médias potenciais. Os estados aproveitariam estas capacidades económicas e/ou militares para sobreviver dentro do sistema internacional anárquico. Prova disso, é a atual situação da França em solo Africano. Atualmente, a França tem várias bases militares em território africano (Bender, 2015) (Anexo 3). Aliás, ainda hoje é considerado por muitos investigadores como o *Genderme de l'Afrique* (Lasserre, 2013; Larivé, 2014). A finalidade dessa presença é proteger determinados recursos de passíveis ataques.

Por outro lado, temos o realismo ofensivo, desenvolvido por John Mearsheimer, o qual tem uma visão oposta à de Waltz. Para Mearsheimer, o objetivo principal do estado não é o de sobreviver na esfera internacional mas pelo contrário, procurar adquirir uma hegemonia maior, garantindo assim, a sua segurança face aos restantes adversários (Mearsheimer, 2001). Robert Dahl, 1957, defendeu também essa ideia, no entanto acrescentou que o principal poder do Estado, é a sua capacidade de obrigar um outro Estado a cumprir determinadas ações, assumindo então, um papel de domínio e controlo. Uma exemplificação desta ideia foi a Guerra Fria, onde existiam duas potências, neste caso, duas superpotências que dominavam e controlavam por completo vários países, tanto por via militar, económica ou política.

Para percebermos quais são os interesses franceses em África, devemos analisar quais são as necessidades francesas. Poucos países europeus dispõem de recursos naturais no seu solo, França não é exceção à regra. Existem várias formas de produzir eletricidade: através da utilização de energias renováveis (eólica, solar, biomassa...); gás, petróleo... De todas essas, a França decidiu optar pelas centrais nucleares.

França dispõem de 19 centrais nucleares, com 58 reatores que produzem 75% da eletricidade que consumo o país num ano (Cañas, 2017). Para sustentar essas centrais nucleares é preciso urânio. O qual há em abundância no continente africano, principalmente na República do Níger. Ao identificar estas necessidades conseguimos perceber o porquê da forte presença e o controlo que a França tenta manter na zona do Sahel.

1.3 – Josep Nye e o *soft-power*

O conceito de *soft-power* foi exposto pela primeira vez em 1990, na sua obra intitulada *Bound to Lead. The Changing Nature of American Power*. Posteriormente, perante o auge que tomou o conceito, Nye aprofundou e em outro livro seu - *Soft power. The Means to Success in World Politics* - apresentou de forma mais detalhada o que representava para ele o conceito de *soft-power*.

Nye define esta forma de poder como a capacidade de influenciar o comportamento de outros países sem ser por coação e/ou com uso da força/violência. Esta influência é vinculada principalmente através de valores culturais, económicos e políticos (Nye, 2004). Existem vários exemplos desta forma de exercer o poder, um dos mais reconhecidos é o *soft-power* cultural, exemplo disso é a vasta influência e expansão da cultura americana pelo mundo fora através das suas diversas indústrias culturais como a cinematográfica, a indústria musical, a indústria da moda entre muitas outras.

Influenciado por outros autores de corte marxista, Nye considera que o *soft-power* é também a capacidade de organizar a agenda político-económico de outros países, conseguindo assim que outros países priorizem os mesmos interesses e objetivos (Nye, 2004). É importante precisar que grande parte destes *soft-powers* são produzidos pela economia do mercado e não pelo estado em si. Temos como testemunho, os exemplos dados anteriormente com a cultura norte-americana.

França também utiliza os seus *soft-power* diretamente ou indiretamente como mecanismo, para influenciar e preservar o seu *status quo* Europeu e Internacional. O uso quase obrigatório da língua francesa nas diversas organizações europeias e internacionais apresenta-se como uma importante razão para que os países africanos sintam a necessidade de preservar e manter o francês como principal língua nacional e por sua vez, veículo instrumental para intercâmbios comerciais. Determinar que este fator linguístico é controlado em parte pelo Estado francês eo dispor de organismos que promovem a divulgação do francês além-fronteiras.

Além disso, a posição atual da França em Europa (segunda potência económica) e no mundo (sexta potência económica mundial), e presença no conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos concede-lhe um enorme prestígio. (IMF, 2015).

Nye frisa sobre a importância de utilizar ambos poderes, *Hard-power/ soft-power*, para poder proteger e manter os seus interesses nacionais e internacionais (Nye, 2003). No entanto, hoje em dia, o uso da força só é legítimo em caso de um país ser atacado por outro. Situação que invalida esse argumento para utilizar a força como mecanismo para manter a sua influência internacional. Por outro lado, e devido à globalização, utilizar mecanismos de *soft-power* torna-se cada vez mais necessário.

Nye considera que o *soft-power* está formado de duas capacidades: Capacidade de persuasão (sedução) o que implica de fora para dentro, exemplos disso é a parte cultural, fatores linguísticos e capacidade ideológicas, de dentro para fora, como o que aconteceu na guerra fria, países alienados aos interesses político-económicos americanos e soviéticos (Nye, 2003).

A primeira capacidade, a sedução seria de tipo fraco e a segunda, ideológica, seria de tipo duro (Nye, 2003). Podemos afirmar então, que inclusive dentro do *soft-power* existe uma dualidade, ambas legitimidades.

Conforme diz Javier Noya, investigador de política externa do Real Instituto elCano, a França projeta uma grande imagem a nível europeu e internacional devido aos muitos fatores, e dois dos quais muitas vezes não controla. Entre esses aspetos destacam-se: como um dos países com mais prémios Nobel de Literatura; o país mais turístico e visitado do mundo; um dos países com maior despesa pública em ajuda ao desenvolvimento, ajudas sociais, cultura exterior; é um dos maiores recetores de demandantes de asilo; tem um bom nível de vida; cantores internacionais, grandes desportistas. Só é mesmo superado pelos Estados Unidos (Noya, 2005).

Em palavras de Kennedy, retiradas do artigo *El poder simbólico de las naciones* de Javier Noya. Kennedy considera que o poder duro, nem sequer, é poder duro, como tal para isso o autor recorre ao exemplo da ajuda militar prestada pelos Estados Unidos na reconstrução das sociedades asiáticas afetadas por um tsunami. Neste caso o uso da "força" está totalmente legitimado pelos fins humanitários. Como à posteriori demonstraram vários estudos, como o de *Pew Global Attitudes Project*, esta ação humanitária efetuada pelos Estados Unidos provocou que a sua imagem exterior fosse fortemente favorecida.

Podemos dizer que não existe um *hard-power*, nem um *soft-power* mas sim, uma dualidade dentro de cada um. Tudo depende da finalidade e dos meios utilizados para conseguir alcançar esse fim. Como vimos anteriormente, inclusive o uso do exército, considerado como instrumento de *hard-power* pode ser visto como forma de *soft-power*.

Também é preciso destacar, a crescente tendência dos países para uma maior utilização dos meios de *soft-power* como a cultura, o cinema, a literatura, a televisão para seduzir/apelar a outros países. Tudo recai nas vantagens do uso dessa língua ou cultura ou até mesmo no âmbito profissional. Muitos estados

como os Estados Unidos, França, Alemanha, são detentores de meios suficientemente importantes para atrair talentos, seduzir empresas internacionais, políticos etc...

Como podemos ver, os países dispõem de diversas ferramentas para aliciar outros países e favorecer assim, os seus interesses. Atualmente, existem diferentes meios que permitem canalizar e transmitir uma mensagem, uma ideia, um pensamento. Entre esses meios podemos destacar o cinema, os programas de televisão, os programas de rádios e a música. Democratizou-se o acesso a estes meios de comunicação, tornando-se assim, numa ponte de comunicação para milhares de telespetadores de outras culturas e de continentes diferentes. Graças a estes meios, um país consegue influenciar outros países, criando assim, em muitos casos, uma dependência.

1.4 - A dispersão do poder

Moisés Naím é um dos membros mais reconhecidos do *Carneige Endowment for International Peace*. Previamente foi Ministro da Indústria e Comércio na Venezuela, também foi durante quatorze anos editores do *ForeignPolicy*, diretor executivo do Banco Mundial e do Banco Central da Venezuela. Atualmente é escritor e colaborador em vários jornais e revistas de política e economia internacional. Por último, é reconhecido em 2014 e 2015 como uma das 100 pessoas líderes do pensamento global pelo *Gottlieb Duttweiler Institutsuioç*.

No seu mais recente livro, *O fim do poder*, Moisés Naím analisa a evolução, transformação e a dispersão do poder nos dias de hoje. Para o autor, o conceito de “Poder” está a modelar às exigências atuais de uma forma muito mais rápida de que no passado. Este processo parece acelerar-se a cada passo.

Atualmente, os grandes atores tradicionais (governos, multinacionais, exército, igreja...) estão cada vez mais confrontados com a ascensão de pequenos rivais, tanto em tamanho como em recursos. Além disso, estes mesmos atores estão cada vez mais limitados para exercer o seu poder, devido em parte, aos interesses que convergem atualmente num mundo cada vez mais globalizado.

A opinião pública é a principal entrave à tomada de decisão e atuação dos governantes. Prova disso, é que os atuais chefes de Estado das principais potências mundiais como os Estados Unidos, França, Alemanha e Japão entre outros, não podem atuar como faziam os seus predecessores. Os antigos chefes de estado não tinham de fazer face a tantos atores como a opinião pública, os mercados financeiros, os meios de comunicação, adversários políticos -efeitos da globalização.

⁶The Top 100 Global Thought-Leaders. 2014. Gottlieb Duttweiler Institute.
http://www.gdi.ch/media/News/Global_Thought_Leader_1_EN.pdf

A tomada de decisões dos atuais governantes está muito mais limitada. O preço a pagar por uma má decisão é muito mais elevada nos dias que correm, sem contar com as consequências diretas ou indiretas desse erro. Devido a um erro político, o partido poderá perder grande parte do apoio da assembleia assim como poderá perder a confiança do seu eleitorado dos distintos grupos sociais, poderá causar uma crise política... Se esse erro implicar instabilidade regional ou internacional, o país será mal visto por seus vizinhos, pode-se-lhe retirar o apoio internacional, inclusive aplicar sanções e/ou bloqueios político-económicos, como ocorre atualmente com a República Popular da Coreia do Norte.

Segundo explica-nos Naím, o poder consolidado graças às barreiras que os políticos no cargo colocam para limitar as manobras ou os movimentos dos possíveis rivais, sejam eles diretos ou indiretos. Existem vários mecanismos que os governantes podem pôr em prática para limitar o movimento de seus rivais. Tais mecanismos adaptam-se a cada setor e às necessidades do momento. Alguns dos mecanismos para travar a ascensão de rivais político-económicos podem ser: detenções arbitrárias, manipulação das eleições, restrições na imprensa, menos concessões monetárias por parte do Estado, limitar o acesso a determinados recursos... Estes são alguns dos mecanismos mais utilizados pelos governantes autoritários. Os casos que mais se inserem dentro desta descrição são a Venezuela de Nicolas Maduro, a Turquia de Erdogan, Angola de José Eduardo dos Santos, o Gabão de Ali Bongo...

Tal é a evolução e expansão do poder que hoje em dia, em muitos dos organismos internacionais decisões finais vêm-se condicionadas pelo voto dos pequenos Estados, independentemente da sua superfície, da sua população ou do peso económico.

Inclusive, a uma escala mais reduzida, indivíduos como Edward Snowden, Julian Assange podem pôr em dúvida a credibilidade de organismos internacionais, de países, de partidos políticos, entidades estatais... Situação que era impensável há umas décadas.

A degradação do poder, não se deve só ao uso das novas tecnologias da informação como se pensa em geral. Não podemos negar a importância que a Internet tem em todo este processo, graças às redes sociais uma simples mensagem pode chegar a milhões de pessoas. O *Facebook*, *Twitter*, *Skype*, *WhatsApp* ou inclusive, os “*SMS*”, são só ferramentas que transferem a mensagem entre os emissores e recetores (Naím, 2013). O que provoca as revoltas populares, as manifestações ou qualquer outro tipo de protesto social não são as redes sociais, mas sim, as condições internas ou externas que sofrem essas mesmas pessoas (Naím, 2013). Os principais motivos da maior parte das revoltas ou conflitos que há no interior dos países africanos, devem-se à corrupção e à extrema pobreza que sofrem as suas gentes. A inação dos políticos africanos europeus degrada a confiança pública nos governantes. O mesmo ocorre com países, se os países não

atuarem corretamente, são mal vistos pelos seus vizinhos, por seus cidadãos, tudo isso, provoca instabilidade interna e externa. Como diz Naím, hoje em dia é bem mais difícil ascender e manter-se no poder por um longo período de tempo (Naím, 2013).

Ao existir um maior número de intervenientes, a situação pode voltar-se mais instável para o poderoso (Estado dominante). Já que, o Estado dominante pode optar por outra alternativa. O surgimento deste novo fator poderá ocasionar uma perda de poder do primeiro poderoso face ao segundo. Não se trata só de uma questão meramente abstrata. A existência de poder e de relações de poder desempenham uma função social, já que graças a estas relações, a sociedade está organizada por hierarquias e assim, as probabilidades de caos e anarquia são mínimas.

O surgimento destas novas alternativas provoca que os poderosos percam influência/domínio e capacidades de ação, situação que favorece a parte mais prejudicada dessa relação, o subordinado (Naím, 2013). É bem conhecido por todos, que na maioria de casos a concentração de poder (monopólios, ditaduras...) é prejudicial.

É difícil de medir o poder, de facto, é impossível fazê-lo. Só é possível identificar os fatores as fontes e as suas manifestações. Naím explica que é possível quantificar e documentar determinados aspetos do poder: Qual é o Estado tem o maior número de soldados?; Que Estado tem o maior número de tanques?; Que partido político conseguiu o maior número de votos? Não obstante, e como defende Naím, o poder está presente em qualquer ação ou situação que implique uma rivalidade ou uma interação entre duas partes. Não cabe dúvidas de que quando falamos de poder, temos que falar de dois componentes fundamentais: um componente material (x número de tanques, x número de militares) e outro imaterial/psicológico (qual o grau de alcance desse poder). Como vimos anteriormente, podemos quantificar o poder em termos de numéricos, mas não podemos medir a sua força, nem o seu alcance.

Tomando o mesmo exemplo que nos explica Naím. Imaginemos, por exemplo, na habitual foto de família que fazem os chefes de Estado e de Governo quando se reúnem na cimeira do famoso G-8. Todos eles estão no poder, mas nem todos gozam das mesmas oportunidades para o exercer. Alguns desses dirigentes lideram sólidas maiorias parlamentares, outros dependem de frágeis coligações. Alguns têm uma ampla margem de manobra para aprovar leis mediante decretos, outros não. Alguns gozam de enorme prestígio pessoal ou de elevados índices de aprovação popular, outros vivem rodeados de escândalos e casos de corrupção. Como podemos ver, todos eles detêm o poder, no entanto, não o podem exercer com as mesmas facilidades que seus homólogos. Há características nas diversas sociedades que favorecem ou complicam a tomada de decisão destes governantes. Não é a mesma coisa ser Vladimir Putin ou Ângela Merkel.

O poder de uma pessoa/empresa/país é sempre relativo ao que tem outra pessoa, outra empresa ou outro país. Quanto mais rigor se tem à hora de definir quem são os fatores e o que está em jogo, melhor será a análise. Se percebermos como funciona o poder, então podemos entender o que faz que este funcione bem, se sustente por si só e aumente, e também o que o faz degradar.

Para percebermos melhor e o modo de conclusão, é necessário reconhecer a enorme e complexa variedade de sistemas políticos que há no mundo. Há sistemas altamente descentralizados e outros muito concentrados numa pessoa só. Quando os estados tratam de promover os seus interesses nacionais, é inevitável que esses interesses choquem com os de outros países. Esse choque pode ser devido a diversos interesses como os recursos naturais, o acesso a água, às rotas de navegação... Situações que podem provocar conflitos armados. Os principais instrumentos utilizados pelas grandes potências para preservar o seu *status* resumem-se ao grande arsenal militar; dinheiro (corrupção, ajudas bilaterais, acordos especiais e preferenciais, subsídios ao desenvolvimento...); uma grande economia; tecnologia avançada; grandes reservas de recursos naturais; espias; forte política externa (cultural e económica).

1.5 - O conceito de Geopolítica

O conceito de Geopolítica surgiu a princípios do século XX juntamente com a expansão territorial. Para Dorpalen, a geopolítica é o estudo da influência do espaço geográfico sobre os Estados e a sua política.

A geopolítica nasce das ciências políticas e da geografia política, tornando-se assim, numa ciência dinâmica que engloba várias correntes. A geografia política é a base da geopolítica atual. A geografia política é uma ciência estática que estuda o espaço terrestre como zona de residência num determinado momento e as suas conclusões são meramente geográficas (Cadena, 2006). No estudo das relações internacionais existem duas correntes intelectuais relacionadas com a geopolítica: *realismo e idealismo* (Cadena, 2006).

A primeira predominou ajustando-se em base às obras clássicas sobre a arte de governar e da rivalidade intraestatal, entre as quais podemos destacar as obras de *El Príncipe* de Nicolau de Maquiavel e Clausewitz (Cadena, 2006). As obras destes autores frisam que o Estado está constantemente em situação de insegurança, perigo, daí que, a necessidade de que os Estados adotem determinadas medidas que se inserem numa política de poder e influência, na qual os Estados mais fortes conseguem impor a sua vontade e interesses perante nações menos potentes. Por isso, que o uso da força ou da ameaça é um instrumento muito relevante dentro das teorias *realistas* (Cadena, 2006).

Os *idealistas* recusaram essas recomendações e acusam os *realistas* de amorais (Cadena, 2006). Os *idealistas* utilizam uma doutrina mais liberal, e tentam assegurar as relações internacionais com base em princípios constitucionais firmes e não em princípios realistas que favoreçam sempre os mais fortes.

Como podemos ver, o poder e a influência fazem parte indissociável do conceito de geopolítico. A expansão além-fronteira implica por sua vez a utilização de poder para conquistar territórios e posteriormente, a influência exercida permite aos países manter um controlo importante.

Também não podemos passar por alto o facto de que a ciência da geopolítica está intrinsecamente ligada à expansão territorial que realizaram os países europeus no fim do século XIX e a primeira metade do século XX. As teorias do domínio marítimo e domínio terrestre são prova inequívoca disso:

- I. O espaço marítimo e a teoria de Mahan: esta teoria foi desenvolvida pelo almirante americano Alfred Thayer Mahan em 1890, e é considerado por muitos como o primeiro geopolítico da história. Em 1890, o império britânico dispunha da maior frota naval da época, e serviu a Mahan para desenvolver a sua obra *The influence of seapower upon history*. Esta teoria defendia que o império que quisesse conquistar o mundo devia ser rico, e que essa riqueza devia provir de uma forte indústria que devia abastecer-se de matérias-primas de países colonizados e por conseguinte, revender esses produtos em outros centros de mercado (colónias), criando assim, uma espécie de círculo vicioso (Cadena, 2006);
- II. O espaço terrestre e a teoria de Mackinder: A 25 de fevereiro de 1904, o Professor e diretor do Observatório Astronómico de Greenwich, Halford Mackinder publicou um *paper* denominado *The Geographical Pivot of History* onde apresenta a teoria do *Heartland*. Mackinder considerava que ao longo da história houve uma zona onde existiram e conviveram grandes impérios, essa zona era o *Heartland* – Ásia Central-Russa, Centro Sibéria -. Quem domina-se esse território teria bastantes probabilidades de controlar o restante território de Ásia e Europa;

Como podemos ver, no início houve um desenvolvimento fulgurante, tornando-se numa área de estudo que serviu para explicar a expansão colonial da primeira Guerra mundial e anos posteriores.

Entre a década de 20 e 30 do século XX, o vocábulo adquiriu um contorno negativo, já que foi utilizado pela Alemanha nazi. Ainda hoje muitos investigadores associam o conceito de geopolítica com o

nazismo (Cuéllar, 2012). Apesar desse contexto negativo, a sua concessão foi desenvolvendo-se no âmbito militares (Cuéllar, 2012).

Foi durante a Primeira Guerra Mundial, em 1916, que Rudolf Kjellén, político sueco, utilizou pela primeira vez o vocábulo de geopolítica na sua obra *O Estado como forma de vida*. Kjellén definiu a geopolítica como "a influência dos fatores geográficos, no mais amplo sentido da palavra, no desenvolvimento político da vida dos povos e do Estado" (Cuéllar, 012). Para Kjellén o conceito de geopolítica estava composto de duas partes, a parte variável seria a parte política e a parte invariável, séria o aspeto geográfico (Cuéllar, 2012).

Outro dos grandes autores que contribuiu de forma significativa no desenvolvimento do conceito foi o Professor da Universidade de Múnich, Karl Haushofer, que define a geopolítica da seguinte maneira:

“Geopolítica é a ciência que trata da dependência dos factos políticos com relação ao solo. Baseia-se sobre os amplos alicerces da geografia, em especial, da geografia política, doutrina da estruturar espacial dos organismos políticos...). A geopolítica aspira a proporcionar as armas para a ação política, e os princípios que servem de guia na vida política (...). A Geopolítica deve converter-se na consciência geográfica do Estado.”

(Cuéllar, 2012:64) (tradução própria)

A geopolítica serve como método de estudo para percebermos a política exterior dos países (Dallanegra, 2010). A geopolítica é um objeto de estudo dinâmico e interdisciplinar que requer do marco teórico que lhe oferecem outras ciências como por exemplo, as relações internacionais, a geografia, e outras ciências como a economia e a história entre outras. As relações internacionais contribuem com o conceito de poder, desempenho, inter-relação e configuração sistémica. A geografia faz o próprio com a ideia de espaço vital; a economia com a noção de riqueza e recursos, e a história faz próprio com a conceção da evolução histórica (Dallanegra, 2010).

Do mesmo modo que as matérias mencionadas anteriormente, a geopolítica apresenta um duplo desafio, por um lado, a nível teórico metodológico e, do outro, a nível empírico através dos estudos de caso. A primeira dimensão oferece a estrutura conceptual para conseguirmos perceber a segunda (Dallanegra, 2010).

Dallanegra considera que quando se fala de geopolítica é importante ter-se em conta variáveis como *dominação, poder, influência, independência, soberania, estabilidade política e social, desenvolvimento* entre outros conceitos.

Num mundo globalizado, a geopolítica preocupa-se pelas constantes mudanças, pelos conflitos armados, pelas dinâmicas dos espaços terrestres e pelos fatores que estão num determinado espaço (Ballesteros, 2012). Neste caso, podemos considerar a zona do Sahel como uma zona geopolítica importante

onde convergem diversos fatores e interesses. Onde as consequências internas de um país afetam diretamente os seus vizinhos e/ou os interesses de outros países que não são da região, como é o caso da República Francesa.

Na análise geopolítica é preciso identificar determinados elementos constitutivos como os fatores (França e a República do Níger/G5 da zona do Sahel); a política dos fatores, a República do Níger pretende comercializar o seu Urânio com a República Francesa. Por sua vez, o urânio proveniente do Níger é fundamental para a produção de eletricidade em França; as estratégias, que a França colocou em funcionamento a diversos militares para proteger os seus interesses no norte do Níger; território, o teatro de ação dos operativos militares franceses centra-se na zona do Sahel (Rodríguez, 2002).

1.6 - Pós-colonialismo

Hoje em dia existe algum caos entre estes três conceitos (pós-colonialismo, neocolonialismo e imperialismo), por isso, tentaremos dar a continuação a explicação de cada um para que possamos diferenciar e partir assim, com uma base sólida. Estes três conceitos partilham alguns aspetos em comum como, os Estados utilizaram (*hard-power*), e ainda utilizam (*soft-power*) diferentes formas de poder para manter uma determinada influência nesses territórios e por conseguinte, beneficiar-se de forma direta ou indireta.

Por isso, é importante realçar as diferenças existentes entre os conceitos: neocolonialismo e pós-colonialismo, conceitos com os quais podemos fazer alguma confusão. Estes dois conceitos têm um aspeto em comum, fazem parte de um conjunto de teorias críticas, teorias imperialistas, que se levaram a cabo entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX para criticar as ações e atos criminosos dos países europeus em América latina, África e Ásia.

Por um lado, o vocábulo "pós-colonialismo" é abrangido de diferentes maneiras dependendo ao que nos estamos a referir (Young, 2006). Para o CollinsDictionary, "pós-colonialismo" define-se como existindo ou ocorrendo desde que a colónia ganhou a independência (tradução própria). O Oxford Dictionary também diz algo bastante idêntico, ocorrendo ou existindo após o regime colonial (tradução própria).

O professor da Universidade de Nova York, Robert J. C. Young vem reforçar as definições dadas pelo Collins Dictionary e o Oxford Dictionary. Para Young, o pós-colonialismo pode definir-se como o período que vem após o colonialismo ou o imperialismo, e precisa, que o pós-colonialismo seja a soma de factos

históricos que ocorreram durante o processo descolonizador.

Em 1961, a *All-African People's Conference* definiu pela primeira vez o conceito de neocolonialismo como a sobrevivência do sistema colonial apesar do reconhecimento formal da independência política em países colonizados. As ex-colônias são vítimas de uma forma indireta e sutil de dominação mediante recursos políticos, económicos, sociais, militares ou técnicos" (Haag, 2011) (tradução própria).

Por sua vez, o termo neocolonialismo é definido pela Real Academia da Língua Espanhola (RAE) como o domínio e influência determinantes, especialmente no campo da economia, por parte de antigas potências coloniais, nações poderosas e empresas internacionais sobre países descolonizados ou em via de desenvolvimento (tradução própria).

Um dos autores mais críticos com o neocolonialismo foi Kwame Nkrumah, um dos líderes políticos africanos mais importantes do movimento pan-africano. Num dos seus livros *Neo-Colonialism, the Last Stage of Imperialism*, Nkrumah define o neocolonialismo como a forma que têm as nações colonizadoras de governar uma ex-colónia aparentemente independente de forma indireta e beneficiar se dos pontos fortes (Nkrumah, 1965; Macías Chávez, 2015) (tradução própria).

A expansão dos impérios e acumulação de poder e capitais é uma constante na história humana. Essa ideia não foi diferente durante a época contemporânea. Podemos identificar dois tipos de imperialismo: o regressivo e o progressista:

1. O regressivo: consiste na pura conquista e exploração de recursos naturais e humanos para enriquecimento;
2. O progressista: foca-se mais em promover o desenvolvimento socioeconómico nas suas colónias, melhorando assim, os estandartes de qualidade de vida.

Durante a época dourada do imperialismo, o processo de expansão permitiu às nações várias vantagens:

1. Económicas: facilitou o acesso aos hidrocarbonetos, a recursos naturais e que possuía o solo africano; favorecer a criação de novos mercados onde podiam vender o excedente da produção industrial. Isso sim, o comércio devia ser efetuado exclusivamente com o país colonizador (Marimar, 2016);
2. Demografia: o considerável aumento demográfico na Europa favoreceu a emigração para outros continentes à procura de novas oportunidades de trabalho (Marimar, 2016);

3. Políticas: Considerava-se uma grande potência para todos os países que possuísem grandes extensões de terreno além-fronteiras. O controlo e dominação de uma grande porção de terreno é visto como um símbolo do poder hegemónico daquela nação (Marimar, 2016);
4. Ideológicas: Todos os estados estavam em parte influenciados pelo poder da Santa Igreja, por isso, outras das justificações dadas foi a evangelização dos povos primitivos ou pagas pela igreja (Marimar, 2016).

Como podemos ver, os conceitos de geopolítica, pós-colonialismo, neocolonialismo e imperialismo estão intrinsecamente ligados com o poder e a influência que podem exercer os países além-fronteiras. Os grandes impérios do passado utilizaram sempre o *hard-power* para conseguir conquistar outros povos, requisitar recursos naturais etc. E após ter conseguido esses fins continuaram a manter a sua influência e presença por outros meios.

Capítulo II

Diplomacia Cultural

2.1 - Conceito de diplomacia cultural

A diplomacia cultural é tão antiga como a própria diplomacia. Todos os sistemas políticos utilizaram de uma forma ou outra a sua cultura como símbolo de poder perante outras nações. Ao longo do tempo, a diplomacia cultural foi-se adaptando às exigências das sociedades cada vez mais globalizadas. Hoje em dia, a diplomacia cultural abrange um número maior de temáticas e atividades em comparação com o passado. Aliás, existem Estados que utilizam a diplomacia cultural como parte integrante da política de cooperação internacional (Observatório Vasco de la Cultura).

A diplomacia cultural é considerada como uma ferramenta de *soft-power*. No seu livro, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, e posteriormente em *Soft-power: The Means to Success in World Politics*, Joseph Nye define o *Soft-power* como a capacidade de Estado para cativar outro, sem utilizar a força/violência ou qualquer outro tipo de compensação económica. O objetivo é que o Estado B adapte o modelo económico, político, ideológico do Estado A (Estado dominante).

A diplomacia cultural deve ser vista como uma diplomacia de caráter público. Erik Rudeng defende que a diplomacia pública está composta por um conjunto de ações através das quais os governos pretendem mostrar-se perante as outras sociedades. Este mesmo autor considera que a diplomacia pública e cultural se baseia a sua força na sedução (Rudeng, 2011).

A diplomacia cultural diferencia-se da diplomacia tradicional por vários entendimentos: os agentes intervenientes podem ser de caráter público ou privado (instituições, empresas...); o destinatário final é a população de outras nações; os recursos de que dispõem são sempre a informação, o conhecimento, a cultura, a educação, a arte... (Observatório Vasco de la Cultura). Podemos definir a diplomacia cultural como um conjunto de relações que pretende divulgar o conhecimento artístico, literário, cinematográficos e artístico com outras sociedades, criando assim pontes entre culturas a priori desconhecidas entre si (Observatório Vasco de la Cultura).

Algumas das vantagens de possuir uma vasta rede de centros culturais e uma boa política cultural exterior predomina em conseguir mudar a perceção das outras populações; quebrar preconceitos e apresentar outro tipo de visão e de pensamento. Aliás, muitas destas instituições que divulgam a cultura de um país, como é o caso do *Institut Français*, acabam por criar ao longo dos anos uma marca própria - made in France -, o que favorece e facilita o desenvolvimento de muitos outros aspetos como o turismo, o comércio bilateral... (Observatório Vasco de la Cultura).

Em resumo, a Diplomacia Cultural é utilizada principalmente pelos Estados mais poderosos a nível económico, como os Estados Unidos de América, a China e a França para conseguir atrair novos talentos, criar pontes entre as diversas culturas e seduzir outros países não-alineados a uma filosofia política. A Diplomacia Cultural é tão antiga como a própria política. A diplomacia cultural é utilizada pelas grandes economias como cartão-de-visita, que visa a criar uma aproximação com outras culturas, outras ideologias, outras formas de pensamento. Além disso, também serve para alterar as perceções, quebrar dogmas ou estereótipos que possam ter outros países.

2.2 - Diplomacia cultural francesa

Desde janeiro de 2011 que França dispõem de uma agência estatal que se encarrega da ação cultural no exterior. Esta agência é o *Institut Français*, um organismo estatal que tem como finalidade criar e pôr em prática as ações culturais com o intuito de divulgar a língua francesa em todo o mundo. A instituição pretende cumprir o mesmo objetivo que outras instituições semelhantes de países vizinhos como o *British Council* do Reino Unido, o *GoetheInstitut* da Alemanha, o *Instituto Cervantes* de Espanha.

O objetivo do ministério de assuntos exteriores e europeu francês, é o de reagrupar todos os fatores implicados numa só instituição (Birambaux, 2011). Um artigo de novembro de 2007, de Donald Morrison, na revista TIME, vem corroborar os medos que o governo francês tem desde alguns anos. A influência da cultura francesa no exterior está em retrocesso face à ascensão de outras culturas como a cultura espanhola, a chinesa... (Morrison, 2007).

A 22 de Julho de 2010 o ministro francês de assuntos exteriores e europeus, Bernard Kouchner, declarava que a batalha dos conteúdos culturais e das ideias estava prestes a intensificar-se. Dias mais tarde, o governo francês adotava uma lei com tal de criar o *Institut Français* no ano a seguir, em 2011 (Birambaux, 2011).

A partir de 1 de janeiro de 2011 entrava em vigor o *Institut Français*. A partir dessa data, o *IF* tornava-se na nova arma em matéria de diplomacia cultural do governo francês. O objetivo era recuperar a influência perdida num mundo cada vez mais globalizado (Birambaux, 2011).

O *IF* não era propriamente uma instituição nova, contudo, o governo decidiu reagrupar todas as instituições e organismos públicos e/ou privados numa só instituição para coordenar melhor a sua diplomacia e ação cultural exterior. Estes centros culturais estão em constante contacto com os serviços culturais das

embaixadas e consulados para uma melhor gestão e coordenação cultural. O *IF* é definido pelo governo como um "estabelecimento público de caráter industrial e comercial" (Birambaux, 2011).

Apresentamos alguns dados da rede cultural francesa para que possamos ver o tamanho real da instituição: 154 embaixadas com serviço de cooperação e ação cultural; 150 institutos e centros culturais em mais de 91 países; 27 centros de investigação repartidos por todo mundo; mais de 1090 *Alliance Française* em mais de 138 países; mais de 50 000 eventos e manifestações culturais organizadas cada ano pelos diferentes fatores; 138 milhões de euros, é o orçamento que o Estado Francês gasta em ação cultural exterior (Birambaux, 2011).

Na prática, o *IF* vem cobrir as necessidades em termos de recursos económicos e matérias dos atuais operadores na área: *CulturesFrance* e das *AF* (Birambaux, 2011). Além disso, as novas instituições dispõem de maiores recursos económicos e materiais devido às vantagens de serem uma instituição pública.

Segundo as palavras do ministro francês dos assuntos exteriores e europeus, Bernard Koucher, a nova instituição pretende ser o instrumento necessário para que o governo francês possa recuperar o seu nível de influência internacional e pela mesma ocasião, servir como instrumento de apoio às missões francesas no estrangeiro (Birambaux, 2011).

França tem dado uma grande importância à sua ação cultural no exterior. A França foi e ainda é um país precursor no desenvolvimento da diplomacia cultural, já que foi um dos primeiros países a dispor de centros culturais e de investigação de língua francesa no mundo (Birambaux, 2011). Aliás, muitos investigadores defendem que França dispõem atualmente de uma das redes mais completas de divulgação cultural.

2.3 - Estrutura institucional, recursos financeiros e objetivos

O objetivo principal do governo francês no momento de reformar e reestruturar a instituição, foi o de coordenar de forma mais eficiente a sua diplomacia cultural. Esta reestruturação foi a maior reforma em muitos anos da diplomacia cultural francesa. Esta nova instituição cultural estará composta por: 144 centros culturais dispersos pelos 5 continentes, por 27 centros de investigação e por mais de 1100 *AF* repartidas pelo mundo (Birambaux, 2011).

Por outro lado, também cabe destacar a importância da Organização Internacional da Francofonia (OIF), a qual está composta por 80 estados, dos quais 57 são membros permanentes e 23 observadores. A

OIF também está presente nos 5 continentes. Segundo dados da própria organização, atualmente há 275 milhões de pessoas que usam o francês como instrumento de comunicação, é a quinta língua mais falada no mundo e é a segunda língua com mais requerimento de aprendizagem após o inglês (OIF, 2015). Muitos investigadores consideram que a diplomacia francesa composta pela *OIF* e *IF*, é uma das redes culturais mais completas do velho continente devido a quantidade de centros culturais e de eventos realizados ao longo do ano (Birambaux, 2011).

O ministro francês de assuntos exteriores e europeus definiu como metas para os próximos anos: uma maior difusão da arte contemporânea em todas as formas (literatura, cinema, teatro...); maior projeção da cultura francesa; um maior aproveitamento de sua grande diversidade; e a capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento (Birambaux, 2011).

Além disso, a outra tarefa do *IF* será a de adotar e pôr em prática todas as disposições de política cultural acordadas pelo governo. A missão principal será a de incrementar a influência francesa no exterior, e criar assim, novas relações culturais com outras nações e/ou organismos, o que permitirá atrair talentos, investimentos e possível aumento do comércio cultural (Fernández, 2015).

Conforme o próprio *site* da organização, o *IF* procura: promover os intercâmbios artísticos internacionais; partilhar conteúdo intelectual em língua francesa; difundir o património cinematográfico e audiovisual francês no exterior através de ciclos temáticos; promover o desenvolvimento dos países do sul; promover o ensino e difusão da língua francesa como instrumento de comunicação e ferramenta de trabalho; promoção de artistas, eventos e conteúdo de qualquer tipo com o intuito de mostrar a diversidade da cultura francesa; facilitar o intercâmbio de professores e estudantes do ensino superior (IF, 2016).

A *OIF* é composta por 5 departamentos: intercâmbio e cooperação artística; língua francesa; livros e conhecimento; e por último, desenvolvimento e associações/acordos bilaterais (Fernández, 2015):

1. O departamento de intercâmbio e cooperação artística tem como objetivo a divulgação das seguintes áreas: teatro, música, artes visuais, arquitetura. O alvo principal são os artistas residentes em França, África e na região das Caraíbas. Para isso, pretendem apoiar esses mesmos projetos artísticos franceses ou francófonos com ajudas económicas e/ou promoções em congressos internacionais, exposições, museus etc... (Fernández, 2015);
2. O departamento de língua francesa tem como finalidade incrementar o atrativo global do francês face às restantes línguas. Com esse fim, a direção do *IF* promove a renovação e utilização das novas tecnologias, a formação dos seus quadros com o intuito de seduzir um maior número de possíveis interessados; a inovação dos métodos de ensino e dos conteúdos

- facilitando assim aprendizagem e divulgação da cultura francesa (Fernández, 2015);
3. O departamento de livros e conhecimento centra-se na difusão exterior de conteúdo intelectual francês. Para tal, disponibiliza equipamentos, material, ajudas económicas a todos os profissionais do mundo do livro. Além disso, o *IF* faz ênfase na criação de mais conteúdo por parte dos *think-tanks* de língua francesa que estão no exterior (Fernández, 2015);
 4. Por outro lado, temos o departamento de cinema, o qual pretende impulsar internacionalmente e de forma homogénea todo conteúdo relacionado com o património cinematográfico francês, já seja de origem francesa, africana ou de qualquer outra zona, mas sempre em língua francesa. Este departamento, também centra a sua ação na divulgação de cinema nacional em França (Fernández, 2015). Organizando constantemente ciclos temáticos, sessões de apresentação e muitos outros eventos culturais para uma maior divulgação do cinema de língua francesa. O *IF* também facilita ajudas económicas e material para criação de peças cinematográficas (Fernández, 2015). Também é importante destacar que o *IF* dispõe de um pavilhão específico em muitos festivais de cinema internacional como no Festival internacional de Cinema de Cannes. Através desses espaços, a instituição pretende dar maior visibilidade a novos talentos (Fernández, 2015);
 5. Por último, o departamento de desenvolvimento e parcerias tem como propósito a divulgação de iniciativas e eventos que envolvam a mobilidade e o intercâmbio internacional de artistas, escritores, estudantes, professores, projetos e eventos culturais relacionados com a cultura francesa em qualquer parte do mundo (Fernández, 2015).

Apesar da crise económica de 2007-2009, a França reestruturou e reorganizou dentro do possível, os seus instrumentos de Diplomacia Cultural para fazer face à perda que vem sofrendo desde o início do século. É claro que a questão financeira é uma considerável limitação às ambições dos respetivos governos. No entanto, e sempre dentro das possibilidades orçamentais do Estado, a França dispõe atualmente de uma das redes culturais mais vastas de todos os países industrializados. Graças ao *IF*, o qual está subdividido em diferentes setores, o Estado francês pode abarcar todos os domínios da cultura, conseguindo assim, alcançar um grande número de alvos.

2.4 - Mobilidade académica: *Campus France*

O Ministério de Assuntos Exteriores e Europeus também dá muita importância e relevância à mobilidade de estudantes internacionais e estudantes de excelência em diferentes áreas do conhecimento científico (economia, literatura, ciências do mar...). Uma das prioridades do governo e dos diversos programas disponíveis, é dar mais oportunidades a estudantes e cientistas das economias em desenvolvimento (Fernández, 2015).

O *Campus France* é uma agência que faz parte do *IF* e que tem como finalidade dar apoio económico e logístico a estudantes estrangeiros das economias mais desfavorecidas da África francófona e das Caraíbas. Dentro desse amplo leque de programas de mobilidade de que dispõem o *Campus France*, podemos destacar os programas de elite *Eiffel* e *Quai d'Orsay-entreprises*, este último está em parte financiado pelo setor privado. Estes programas servem para atrair novos talentos e para tentar seduzir futuros empreendedores que possam acrescentar valor e riqueza à economia nacional francesa (Fernández, 2015).

Um outro programa que pretende dar mais oportunidades aos novos talentos de países emergentes, é o programa *Major*, o qual está destinado a estudantes de liceus franceses no estrangeiro e que pretendem realizar uma carreira universitária em França. Este programa concedeu só no ano 2011, um total de 14 687 bolsas de estudo. É um número relativamente mais baixo em comparação com o ano 2002, no qual deram-se 22 400 bolsas de estudo. Esta diminuição é causada pela crise económica dos anos 2007/2010 (Fernández, 2015), No entanto, e a pesar desta diminuição, o *Campus France* concedeu sempre um grande número de bolsas de estudo em comparação com o *British Council*, o *Instituto Cervantes* entre outros (Birambaux, 2011).

O *Campus France* concedeu bolsas de estudo por um valor de 75 milhões de euros em 2011 (Besson y Beaumont, 2012). É importante destacar que apesar da diminuição, a França é o quarto país a nível mundial que mais estudantes estrangeiros recebe. Só no ano académico de 2011/2012 foram inscritos no ensino superior mais de 285 000 estudantes estrangeiros (Besson e Beaumont, 2012).

O *Campus France* também dá apoio institucional a todas às instituições francesas, sejam elas de carácter público ou privado. O propósito é dar maior visibilidade à oferta de programas de intercâmbio académico que oferece o *IF* aos estudantes estrangeiros (Besson e Beaumont, 2015).

Em resumo, o *Campus France* permite ao Estado francês o poder de captar novos talentos de todos os âmbitos, económicos, culturais e sociais para que possam desenvolver-se profissionalmente em França com as diversas ajudas estatais que o Estado disponibiliza. Além disso, muitos destes programas procuram atrair novas *startups* que possam acrescentar algo mais à economia francesa, em forma de novos empregos, novos nichos.

2.5 – Outros meios da diplomacia cultural

Em 2006, foi criado o *France24*, canal de televisão francesa que emite principalmente fora do país. A França tem realizado constantes alterações neste canal de uma envergadura sem precedentes. *France24* emite atualmente em francês e inglês, conta também com um serviço em árabe as 24 horas do dia.

Em 2008, produziu-se uma reestruturação. Nesse ano, criou-se o grupo *Audiovisuel Exterior de France Médias Monde (AEF)* que esta que reagrupa *France24*, *Rádio France Internationale (RFI)* – serviço radiofónico que emite em 13 línguas- e *Monte-Carlo Doualiya*, um serviço radiofónico em árabe (Fernández, 2015). A finalidade desta reestruturação foi a mesma que a do *IF*, poder coordenar de uma forma mais eficiente todos os meios encarregados da divulgação cultural francesa (Fernández, 2015).

Atualmente, o *AEF* alterou o seu nome para *France Médias Monde (FMM)*. *France24* tem uma média semanal de 41 milhões de espectadores, *Rádio France Internationale (RFI)* tem 34,5 milhões de ouvintes semanais e o *Monte-Carlo Doualiya* tem 6,7 milhões de ouvintes por semana (Fernández, 2015). Exerce grande influência no Magrebe e em toda a África francófona. No ano 2013, *France Médias Monde* recebeu uma dotação do Estado de 238 milhões de euros procedentes do Ministério de Cultura e do Ministério de Economia e Finanças (Fernández, 2015).

TV5 Monde também é um canal de televisão de origem francesa que faz parte do grupo *FMM*. *TV5 Monde* emite exclusivamente em francês, com subtítulos em 10 idiomas, também marca presença em todos os continentes. O modelo de gestão de *TV5 Monde* é algo singular. A direção e gestão deste canal é realizada por diferentes Estados francófonos como a Suíça, Bélgica, Canadá entre outros. Estes países fornecem conteúdo e programação livre de direitos de autor ou de exploração, situação que favorece o equilíbrio das contas, facilitando assim uma poupança considerável em termos de custos. O propósito deste instrumento é o mesmo que o *IF* (Fernández, 2015).

Como podemos ver, existem diversos meios de comunicação franceses (públicos e privados) espalhados um pouco por todo o mundo que divulgam e promovem a cultura francesa além-fronteiras. A televisão e a rádio são os meios de grande alcance para as populações que não tem acesso à Internet, situação que acontece com grande frequência na zona francófona. Os meios de comunicação tradicionais podem influenciar positivamente as ideias e pensamentos de sociedades e populações inteiras.

2.6 – A organização internacional da Francofonia e o *soft-power*

O presente capítulo pretende analisar a atuação da Organização Internacional da Francofonia no âmbito da diplomacia cultural exterior mediante o *soft-power*. Como já vimos no capítulo 1, o poder é aquela capacidade que utiliza o autor Y para alterar o comportamento de outro/s autores sem importar os meios. O *soft-power* procura os mesmos fins, mas com meios diferentes, o *soft-power* pretende seduzir outros autores sem utilizar a força ou qualquer coação económica ou material. Para isso, o autor Y deve por em prática recursos culturais e/ou ideológicos que permitam aliciar outros autores para tal fim.

A OIF é uma organização internacional cultural cujo objetivo principal é a promoção e divulgação da cultura francesa além-fronteiras. Em 1950 constituía-se a União Internacional de Periodistas de Prensa de língua francesa (UIJPLF), que mais tarde e após várias mudanças de nome veio a converter-se em 1998 como a *OIF* (Casado, 2009).

A instituição conta com uma forte presença em organizações internacionais, tem o estatuto de observador da Assembleia General das Nações Unidas, situação que lhe garante uma grande visibilidade internacional e uma considerável influência como instituição negociadora. Está composta por 80 Estados (dos quais 57 são membros permanentes e 23 observadores), 3 mais que a Commonwealth, o que lhe permite uma maior presença na esfera internacional (Casado, 2009). A organização trabalha em conjunto com os Estados para fomentar a utilização da língua francesa além-fronteiras.

O âmbito de ação da *OIF* é bastante semelhante ao do *IF*. A política cultural do *OIF* centra-se nos domínios da indústria cinematográfica, televisão e rádio:

- Cinema: O programa Imagem está dotado de 1,1 milhões de euros e têm como finalidade a promoção de filmes originários de países do hemisfério sul em língua francesa. Este programa deu início em 1988 e dá apoio a todos os profissionais do setor cinematográfico do hemisfério sul (Casado, 2009);
- Televisão: dentro desta área, o principal instrumento da *OIF* é o canal *TV5 Monde*. Este canal emitiu pela primeira vez em Europa em 1984, no Quebec em 1988, na América latina em 1998, em África em 1992, em Ásia em 1997 e chegou aos Estados Unidos da América em 1998. É a segunda rede mundial televisiva só por detrás do canal *MTV*. Atualmente, o canal recebe uma dotação anual entorno aos 300 milhões de euros anuais (Casado, 2009);
- Rádio: Em 1988 a *OIF* decidiu promover a criação de rádios comunitárias e regionais com o intuito de chegar ao maior número de ouvintes possíveis (Casado, 2009). Estas rádios estão

principalmente espalhadas pelo continente africano e asiático. E conta na atualidade com 200 rádios locais (Casado, 2009). Para receber o apoio económico da OIF é preciso cumprir uma condição: 50% do conteúdo deve ser transmitido em língua francesa. Além disso, a *OIF* também dá apoio económico e material à *RFI* que serve como instrumento estatal para divulgação e promoção da cultura francesa além-fronteiras⁷ (Casado, 2009);

A Organização Internacional da Francofonia está dividida em três setores que a organização considera fulcrais para a promoção e divulgação de conteúdo em língua francesa. É uma organização que está completamente centrada na divulgação cultural e artística dos setores supramencionados.

A principal diferença entre a *OIF* e *Commonwealth*, é que a primeira centra a sua estratégia em criar pontes e vínculos culturais e linguísticos com outras sociedades, situação que não prioriza a *Commonwealth*, que procura desenvolver muito mais uma cooperação económica. A instituição guarda a sua autonomia e independência institucional. Existe uma determinada cooperação no âmbito cultural com os 80 Estados membros (dos quais 57 são membros permanentes e 23 observadores). Facilitando, assim, aos três setores (rádio, televisão e cinema) ter iniciativa e autonomia suficiente para executar projeto e facilitar ajudas aos futuros profissionais do setor.

Em resumo, a utilização das diversas ferramentas de que dispõe a organização permite chegar a um grande número de telespetadores e ouvintes dos 5 continentes. Como Nye defende, a utilização destas ferramentas permite cativar muitas sociedades, sem ser necessário a utilização do *hard-power* ou da coação, tornando assim a imagem da França atrativa internacionalmente. A utilização destes mecanismos permite também alterar a perceção que diversos países ou sociedades pudessem ter da República Francesa.

2.7 - Balanço da política cultural francesa

A ação cultural exterior francesa tem na atualidade um modelo bastante consistente e muito bem definido, isso deve-se principalmente as diferentes reestruturações surgidas desde 2005 (Besson e Beaumont, 2015). O esforço por parte do governo francês para manter e continuar a fortalecer as diversas instituições é considerável em comparação com os prováveis estados vizinhos como o Reino Unido ou a Alemanha (Besson

⁷ Líneas generales de la política audiovisual de la Organización Internacional de la Francofonía. Redondo Casado, Félix. 2009. Revista Latina de Comunicación Social 2009, 12 (64). <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81911786030>

e Beaumont, 2015). Os investimentos por parte do Estado estão em constante diminuição, devido em parte, ao facto de que a instituição ganhou certa independência e da crise económica de 2009 (Besson e Beaumont, 2015).

O peso do setor público dentro da instituição vê-se compensado pela natureza da *AF*, que também faz parte da instituição. A principal vantagem deste modelo é a sua composição, por um lado, temos instituições de carácter público, que facilitam o acesso às ajudas estatais, e por outro lado, uma parte privada que procura constantemente uma maximização de benefícios e que torna de certa forma a gestão muito mais eficiente. Outra das questões importantes são os vínculos históricos entre França e África, este passado em comum não permite distinguir de todo o que é diplomacia cultural e cooperação ao desenvolvimento, transformando-se numa relação algo particular (Miège, 2010).

Atualmente, ainda é cedo para ver quais são os benefícios reais deste modelo, no entanto, podemos destacar que o esforço e empenho do governo francês por manter e fortalecer a sua influência é importante. A concorrência neste terreno não tem sido propriamente fácil. Os concorrentes diretos são: o inglês, o espanhol, o alemão e o chinês. Por outro lado, a estagnação da economia Francesa não favorece propriamente a sua imagem exterior de economia forte como no passado (Fernández, 2015).

Como foi exposto na primeira parte desta dissertação, o conceito de *soft-power* vê-se aqui refletido através dos diferentes organismos, instituições e ferramentas que dispõem a França para mostrar-se perante o mundo como um grande país. As utilizações dos diversos meios de comunicação servem de prova da importância que o governo lhe concede à comunicação e divulgação cultural para criar pontes com as outras culturas, e atrair assim, novos talentos, novas *start-ups*, artistas.

O *IF* ainda não é uma instituição auto-suficiente e totalmente independente do poder político como o *British Council* ou o *Goethe Institut*. Estas duas instituições são totalmente autónomas e auto-suficientes, até ao ponto de não receberem ajudas financeiras por parte do Estado para desenvolverem a sua atividade no exterior.

Por último, podemos ver como o Estado Francês dá uma grande importância à diplomacia cultural. Como tínhamos destacado no início desta dissertação, Joseph Nye considera que a Diplomacia cultural, que é o equivalente ao *soft-power*, é uma das ferramentas mais importantes atualmente, e com a qual podemos atrair e seduzir outras sociedades. Criando assim, novas pontes entre culturas a prior desconhecidas, também serve como mecanismo para quebrar estereótipos, atrair talentos e alterar a ideologia de outros países e sociedades desde o núcleo central.

Capítulo III

Geopolítica francesa em África

Neste capítulo abordaremos os aspectos de geopolítica francesa em África desde 2000. Realizaremos uma exposição do que foi e é a Françafrrique atualmente. Posteriormente, apresentaremos as diretrizes da política africana que tiveram os dois presidentes (Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy) desde 1996 até 2012. E para finalizar, analisaremos a presença militar francesa em África.

3.1 - A Françafrrique

A Françafrrique teve a sua origem durante o processo descolonizador da década de 1960. Desde esse momento pôs-se em prática de forma paralela e ilegal, uma vasta rede de contactos entre altos cargos diplomáticos franceses e africanos para manter o controlo sobre os recursos dos países africanos teoricamente independentes. Para isso, Jacques Foccart criou no *Élysée*, Paris, criou um gabinete/célula paralela com o ministério de assuntos exteriores, com objetivo de tratar unicamente as questões referentes ao continente africano. Jacques Foccart era conhecido como *Monsieur Afrique*, senhor África. Tudo isto não teria sido possível sem a ajuda de outros políticos da época e sem a autorização de Charles de Gaulle (Verschave, 1998).

Na primeira metade do século XX, a França seria muito afetada pela confrontação com o exército nazi durante a segunda Guerra Mundial. Muitos políticos franceses e europeus da época, defendiam que, uma nação fosse considerada como potência económica, esta deveria ser auto-suficiente em recursos naturais (Verschave, 1998). Com a independência de Argélia, em 1962, a França perdia uma das suas maiores fontes de abastecimento petrolífero e gasífero.

Para contrariar esse duro golpe decidiu pôr em prática esta célula, com o propósito de guardar e manter um acesso privilegiado aos recursos naturais das outras colónias apesar de que se lhes tivesse sido concedido formalmente a independência. De portas para fora, essas ex-colónias: Senegal, Costa de Marfim, Burquina-Faso, Togo, Benim, Níger, Mali, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro Africana, Camarões, Comores, Madagáscar e Djibouti, eram aparentemente livres, no entanto, os políticos que tomaram o controlo dessas nações, foram diplomatas africanos formados em França com o propósito de favorecerem sempre os interesses franceses (Verschave, 1998). Muitos desses políticos africanos foram selecionados a dedo. Todos esses países, eram teoricamente democráticos, no entanto, as eleições sempre foram rodeadas de escândalos de corrupção, de manipulação, de falta de transparência. Inclusive em pleno século XXI, existem também deficiências e irregularidades nos processos eleitorais.

Por outro lado, os opositores aos regimes africanos impostos desde Paris, são constantemente

acusados, pressionados, sofrem detenções arbitrárias, sequestros muito duvidosos, outros são assassinados como foi o caso Thomas Sankara. Situação que ainda hoje está por esclarecer por parte das entidades do Burquina-Faso (Verschave, 1998). Além disso, os níveis de corrupção institucional não ajudam, nem favorecem para nada o desenvolvimento ético e moral dos diversos processos eleitorais.

Nestas nações supostamente livres, os presidentes foram sempre designados a dedo e duram décadas no poder, como é o caso do presidente da República do Gabão, Omar Bongo, que ficou no poder durante 41 anos (1967-2009), outro caso destacado é o do Presidente da República dos Camarões, Paul Biya, no poder há 34 anos. Podemos destacar muitos outros. Inclusive, em muitos casos, após a morte do pai, o herdeiro direto é o próprio filho, como se de uma monarquia se tratasse.

Esta célula geria todas as relações entre Paris e as suas ex-colónias de forma paralela ao ministério de assuntos exteriores (Verschave, 1998). Contrariamente ao que a gente pode pensar, após a saída de Charles de Gaulle, os sucessivos governos continuaram a usufruir desses vínculos para favorecer interesses públicos e privados. Inclusive, existem personalidades da alta política francesa que foram acusados de corrupção e tráfico de influências (Lecarde, 2014; Fansten, 2014). Todos os governos que sucederam a Charles de Gaulle e sabiam da existência desta célula viciosa, haviam prometido em campanha eleitoral pôr fim a esta exploração, no entanto, nenhum deles chegou a acabar definitivamente com essa célula.

É importante precisar que só iremos incluir nesta investigação os mandatos de Jacques Chirac (1996-2006) e o de Nicolas Sarkozy (2007-2015), não iremos incluir a Presidência de François Hollande por ainda estar em funções aquando da elaboração deste trabalho.

3.2 – Geopolítica francesa em África

Neste Capítulo, pretendemos analisar os mandatos dos dois Presidentes da República francesa entre o ano 1996 e 2012. Esses dois mandatários são: Jacques Chirac, 1996 a 2007, conhecido como o Africano pelos seus fortes vínculos pessoais com altos cargos africanos; Nicolas Sarkozy, de 2007 a 2012. Procuramos apresentar os acontecimentos e os aspetos mais destacados de ambos Presidentes com o continente africano, e fazer uma comparação entre ambos e detetar as diferenças entre os dois chefes de Estado.

3.2.1 - Jacques Chirac *L'Africain*

Desde 1996 a 2006 Jacques Chirac esteve à frente do país. Nesta mudança de século, muitas coisas mudaram na esfera internacional, apesar do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ainda perduravam alguns efeitos da queda do muro de Berlim. Tudo estava em constante mudança. A globalização fazia-se notar cada vez mais. Foi a época onde a comunicação social começou a derrubar barreiras e fronteiras.

Na campanha eleitoral de 1996, Jacques Chirac prometeu acabar com o denominado sistema da Françafrique, no entanto, como veremos mais adiante, as mudanças não foram assim tão drásticas, bem pelo contrário. Jacques Chirac foi um dos políticos mais apaixonados pelo continente africano. Os seus conhecimentos de arte, de história e da cultura africana, valeram-lhe para ser considerado como o presidente dos africanos, aliás é conhecido por muitos como *'l'Africain*– o Africano (Claude, 2007).

Jacques Chirac tinha grandes vínculos e amizades com diplomatas africanos, muitos dos quais eram questionados pela opinião pública africana. Grande parte desses diplomatas eram ditadores políticos e de altos cargos governamentais que estavam rodeados de acusações de contrabando, tráfico de influências, corrupção. Apesar dos seus amplos conhecimentos do continente africano e das suas boas relações, muito duvidosas, quem geria todo esse sistema não era ele, mas sim, a célula criada por Jacques Foccart.

Durante o seu mandato, a política africana foi controlada e gerida pela célula de Jacques Foccart (Claude, 2007). Este gabinete tinha um funcionamento muito opaco. Estava composto por um grupo muito seletivo de pessoas que tinha contacto direto com os diplomatas africanos no poder (Verschave, 1998).

Em campanha eleitoral, Jacques Chirac prometeu e comprometeu-se a ser o primeiro presidente a erradicar esta rede de contactos, no entanto, as suas ações não o demonstraram. Dois dos propósitos enunciados na sessão de investidura, o de não ingerência em política interna e do favorecer a democratização das sociedades africanas. Nenhum destes dois propósitos foi respeitado (Claude, 2007).

Durante os primeiros anos de mandato, Jacques Chirac realizou várias visitas de Estado a fim de normalizar as relações e de mostrar uma imagem mais próxima com o povo africano. Das visitas mais simbólicas, podemos destacar as realizadas à Argélia em 2003 e 2006. Os objetivos dessa visita eram a de reforçar a relação entre ambos países; fortalecer a cooperação económica – a Argélia é um dos principais fornecedores de gás e petróleo; cooperação militar na luta contra grupos radicais no sul do país; e criação de medidas em comum para fazer face à imigração ilegal.

Argélia é uma importante fonte de abastecimento gasífica e petrolífero para França, daí que, também seja um sócio muito importante em matéria de cooperação económica (Claude, 2007). Após a independência da França em 1962, os diplomatas argelinos nunca viram com bons olhos os seus homólogos franceses.

Em 1996, o ministro da cooperação económica, Charles Josselin, afirmava na sessão de investidura que pretendia cortar todas as correntes do passado e criar uma relação de cooperação bilateral com os países africanos, e que não pretendia interferir nos assuntos internos (Claude, 2007). Meses mais tarde, a França contradizia essas palavras, e interferia no conflito da República Centro-Africana em apoio ao Presidente.

Anos mais tarde, França voltava a desrespeitar as suas palavras e intervinha na crise que teve Madagáscar após as eleições. O partido do presidente saliente, Didier Ratsiraka, perde as eleições em favor do opositor Marc Ravalomanana. Ratsiraka não reconhecendo a vitória de seu opositor (Claude, 2007). Nesse mesmo momento Ravalomanana estava em conversações com os Estados Unidos, para evitar um distanciamento político e uma perda de influência, o primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin, desloca-se urgentemente ao país para promover uma transição pacífica, e prometer mais investimentos franceses no país com a finalidade de recuperar a confiança do novo presidente eleito (Claude, 2007).

Existem muitos exemplos de ingerência francesa durante o mandato de Jacques Chirac, no entanto, só pretendemos dar alguns exemplos para demonstrar que nenhum dos propósitos enunciados foi respeitado pelo governo francês. Aliás, França comprometeu em diversos acordos internacionais a não interferir em assuntos internos de países terceiros. Compromisso que nunca respeitou no continente africano. Estas ingerências provam que França procura proteger os seus interesses em África.

Por outro lado, em nenhum momento houve interesse em acionar mecanismos ou iniciativas que promovessem a democratização e liberalização dos sistemas autocráticos africanos. As ações de Jacques Chirac contradiziam os princípios enunciados em 1996. O facto de reunir-se com presidentes e governantes impopulares não mostra propriamente um interesse pessoal em alterar a situação existente.

Também é importante destacar que a presença francesa na zona francófona tem diminuído ao longo do presente século devido a vários fatores:

1. O número de atores com interesses na região aumentou consideravelmente. A China, o Brasil e a Índia, entre outros países, estão interessados em comercializar e ter acesso privilegiado aos diversos recursos naturais presentes no solo africano (Claude, 2007);
2. É importante destacar que as novas gerações africanas apresentam uma mentalidade mais aberta e

liberal que a dos seus governantes. O acesso aos meios de comunicação e à Internet promovem sociedades más críticas para com o seu governante ou país estrangeiros (Naím, 2013). Ocorre algo semelhante com as novas gerações de políticas francesas. Estas priorizam outras regiões do globo face às zonas francófonas por diversos motivos;

3. O constante apoio do governo francês aos governantes impopulares não favorece a imagem da França entre as sociedades africanas (Claude, 2007). Existem vários movimentos sociais e partidos que defendem abertamente a sua oposição a manter qualquer tipo de relação com Paris (Claude, 2017).
4. Cabe destacar que a dura política migratória que a França exerce com muitos migrantes africanos oriundos da zona francófonas e do Magrebe não favorecem a sua imagem.

Os interesses estratégicos na zona francófona continuam a ser os mesmos, acesso a um grande número de recursos naturais, principalmente o urânio da República do Níger que abastece 75% das necessidades das centrais nucleares francesas. Durante a presidência de Chirac não se deram medidas ou ações que levem a pensar que o governo quis alterar essa estrutura viciosa.

Em comparação com outras regiões do mundo, a África não é propriamente uma prioridade para Paris à exceção dos interesses em zona no Norte do Mali. Restando esse aspeto, África deixou de ser uma prioridade para Paris e para a sociedade francesa por diversos motivos (Claude, 2017). As sociedades Ocidentais são muito mais pragmáticas que no passado. Centram as atenções nas regiões atrativas, com menos conflitos e com uma melhor qualidade de vida.

Em suma, podemos dizer que durante os dois mandatos de Jacques Chirac não se deram ações concretas para eliminar definitivamente a célula da *Françafrique* do *Élysée*. Também é importante destacar que França está a perder interesse e influência na zona francófona devido a vários fatores como mencionamos anteriormente. O governo francês continua a interferir regularmente sempre que os interesses ou a sua influência está em perigo. Poucas coisas mudaram desde 1960 quando se implementou a célula de Jacques Foccart.

3.2.2 - Nicolas Sarkozy: Rotura ou continuidade?

Nicolas Sarkozy também prometeu na campanha eleitoral dar fim a esse ciclo vicioso de abuso do Poder. E como iremos ver ao longo desta investigação, algumas das decisões podem ser vistas como ponto

de inflexão nas relações Franco Africanas (Thiam, 2008).

A indiferença da sociedade francesa para com as relações franco africanas permite aos políticos fazer o que eles bem desejarem a respeito desse tema. As prioridades da sociedade francesa não são propriamente o continente africano como já vimos anteriormente. Esta situação permite aos políticos franceses aproveitarem-se para fazer o que lhes convenha. Inclusive, podemos arriscar dizendo que esta indiferença pode ser transversal aos restantes temas políticos.

Durante a campanha eleitoral de 2006, todos os partidos políticos pediram de forma pouco convincente o fim do sistema da *Françafrique*. Todos eles denunciaram publicamente os abusos por parte dos governos anteriores e do aproveitamento de alguns diplomatas franceses para se enriquecer ilicitamente (Thiam, 2008). Apesar disso, Nicolas Sarkozy ganhou com 53,06% dos votos.

A 19 de maio de 2006, Sarkozy fez um discurso em Cotonu, a maior cidade da República de Benim. Nesse discurso Sarkozy defende uma renovação das relações:

“Esta relação deve deixar de ser considerada como tabu pela sociedade. Precisamos de falar dela abertamente entre nós. Não podemos deixar que os partidos de extrema utilizem este tema como arma política para criar ódio entre os nossos povos. Se não fizermos nada, será normal ver um aumento da xenofobia e do racismo como em tempos passados.”

(Thiam, 2008: 874) (tradução própria)

Posteriormente, no mesmo discurso Sarkozy expressa a sua vontade de pôr fim a isso tudo:

“Devemos eliminar todos os preconceitos e medos desta relação, sem sentimentos de superioridade, nem de inferioridade, sem sentimentos de culpa, nem desconfianças face ao outro, o objetivo desta nova relação é a de criar uma nova ponte esquecendo o passado e centrar nos no presente. Nós (França) não sabemos qual é a melhor maneira para conseguir melhorar esta relação, mas nos franceses estamos dispostos construir novos vínculos vincados no presente que beneficiem ambas partes de forma justa e equitativa.”

(Thiam, 2008: 875) (tradução própria)

Aos que acusam França de expropriação dos recursos naturais da África francófona, Sarkozy responde da seguinte maneira nesse mesmo discurso: “os países de onde extraímos mais petróleo são aAngola e a Nigéria, países com os quais não temos vínculos históricos” e “em realidade só temos um

pequeno grupo de grandes empresas como *Bouygues, Air France, Bolloré* e alguma mais na zona francófona" (Thiam, 2008; 873;874).

Durante o seu mandato, Nicolas Sarkozy deu algumas provas de mudança, tais como a nomeações de Ramo Yade, de origem senegalesa, e de Rachida Dati, de origem marroquina para ocupar cargos no executivo de Nicolas Sarkozy. Para alguns, foram como sinais positivos, para outros, isso não alterou em nada o controlo que a França exerce com as suas ex-colónias.

A França de Nicolas Sarkozy estava empenhada em acabar com esta rede "mafiosa" que durava há mais de 40 anos, para isso, Sarkozy decidiu suprimir essa célula de forma imediata após a tomada de posse (Thiam, 2008). Foi sem dúvida um fator muito simbólico que provavelmente marcou um ponto de inflexão nas relações Franco africanas. Como destaca Assane Thiam, a supressão do gabinete por parte do Presidente Sarkozy abriu uma confrontação interna, entre diplomatas francesas, esta confrontação dá-se entre duas gerações, as "antigas" que pretendem preservar esses vínculos e as modernas, uma geração mais pragmática, e que cresceram descontentos da realidade colonial (Thiam, 2008). Esta divisão interna ocasionou algumas dificuldades na toma de decisões ao Presidente Sarkozy.

O Presidente realizou visitas pontuais aos seus homólogos africanos, no entanto, tentou manter sempre uma certa distância de políticos ou governantes impopulares que pudessem danificar sua imagem tanto em França, como em África, não pretendia manter os mesmos erros que seu antecessor, Jacques Chirac (Thiam, 2008).

Apesar desse afastamento da política colonial. Nesse mesmo discurso, Sarkozy também cometeu erros, pelos quais foi acusado durante muito tempo. Podemos dividir as acusações em dois grupos. Por um lado, Sarkozy não pediu perdão pelos atos, erros e crimes cometidos durante a época colonial, nem durante o processo de descolonização. Em palavras de Sarkozy:

*“ Não vim aqui reconhecer os erros ou delitos; porque foi verdade, deram-se erros e crimes
[...] Os colonizadores vieram, aproveitaram-se, e roubaram os recursos naturais que não lhes
pertenciam.”*

(Thiam, 2008: 876)(tradução própria).

A outra parte das acusações assenta no facto de o Presidente ter dito:

“o povo africano nunca teve interesse, nem vontade em criar a sua própria história

e que sempre se deixaram levar pelos acontecimentos internacionais. Que foram um povo que sempre se deixou submeter”

(Thiam, 2008: 881) tradução própria.

Como refere Thiam, esse discurso foi escrito por um conselheiro que se inspirou de um fragmento do livro de Hegel, "*A razão dentro da história*". Essa declaração foi mal interpretada por grande parte dos assistentes e políticos. Apesar desse erro, Nicolas Sarkozy foi sempre visto como um político diferente dos restantes, como um político moderno e comprometido com a causa.

Em resumo, podemos dizer que a presidência do Nicolas Sarkozy trouxe uma esperança ao assunto. É importante salientar, que apesar da constante renovação da classe política francesa e africana, atualmente ainda existem políticos de gerações passadas com fortes vínculos políticos e económicos. Deram-se importantes mudanças em comparação com os dois mandatos do Jacques Chirac. Com a supressão – pelo menos formal - da célula de Jacques Foccart, Sarkozy tenta com isso criar o início de uma nova relação franco africana. Por outro lado, o presidente tentou limitar ao máximo as visitas aos chefes de Estado africanos impopulares, tentando manter-se sempre à margem de polémicas e acusações. Apesar de tudo isso, não podemos ser benévolos e achar que após a supressão da célula, que já está resolvida. Destacar que a presidência de Nicolás Sarkozy marcou um antes e um depois nas relações franco africanas.

Por outro lado, podemos ver como o Estado, neste caso a França, procura sempre acumular mais poder de atuação, para com isso, conseguir uma maior segurança para os seus interesses nacionais como defendia Hans Morgenthau. Este conceito continua mais vigente que nunca. Maquiavel também defendia que o Estado devia atuar de forma a proteger os seus interesses ao custo que fosse. Como podemos ver, a importância da geopolítica para analisar esta relação é muito importante para dispormos de uma perspetiva multidisciplinar.

3.3 – República do Níger

A República do Níger é um país independente desde agosto de 1960. Faz fronteira natural com o deserto do Saara, grande parte do norte do país é território árido ou semi-árido. A norte faz fronteira com Argélia e a Líbia, a sul com o Burquina-Faso, Benim e com a Nigéria, a oeste com Mali e leste com o Chade. Dispõem de 1 267 000 km de superfície (Anexo 4). A sua moeda é o Franco CFA - do qual falaremos mais adiante -, a língua oficial é o francês, hereditário da época colonial. A capital do país é Niamey situada no sul do país. Tem atualmente 20 milhões de pessoas, grande parte da população vive no Sul do país. É um país rico em urânio (Anexo 2) e conta com uma das populações mais jovens do mundo (Anexo1).

3.3.1 - Política interna desde o ano 2000: de MamadouTandja a Salou Djibo (1999 – 2011)

Em 1999 Mamadou Tandja é eleito presidente da República do Níger. Em 2004, surgem os primeiros protestos sociais contra o Presidente. O movimento Touareg ganhou novamente força durante esse ano. Os Touareg são um povo nómada que reivindica a independência da zona de Azawad, uma região que abrange uma parte do Mali, do Níger e da Argélia. Dão-se diversos confrontos entre o governo e os movimentos Touareg até 2009. Nesse ano a situação pareceu normalizar-se, pelo menos temporalmente.

Tudo volta à normalidade graças a intervenção de Mouamar el Kadhafi e a repressão militar dos três países afetados pelos revolucionários touareg. Nesse mesmo ano, o presidente Mamadou Tandja realiza um referendo para eliminar a limitação de dois mandatos que existe na Constituição. Após ter ganho esse referendo, a União Europeia (UE) e a Comunidade Económica de Estados Ocidental (CEDEAO) suspendem todo tipo de cooperação económica e militar com a República do Níger.

3.3.2 – Da Presidência de Mahamadou Issoufou em diante

Em janeiro de 2011 dá-se um golpe de Estado por parte do Exército. No mesmo mês, surgem as primeiras eleições legislativas após a deposição do anterior presidente. O *Parti Nigérien pour la Démocratie et le Socialisme* ganha. Mahamadou Issoufou é eleito Presidente da República do Níger com 58% dos votos. Issoufou nomeou BrigiRafini primeiro-ministro para liderar as reformas necessárias e colocar novamente a

nação na boa direção. A estabilidade socioeconómica mantém-se até aos dias de hoje.

3.4 - Situação securitária

A República do Níger encara várias ameaças, por um lado, na zona do Sahel está a Al-Qaeda e o Boko-Haram, e mais a Norte a ameaça é do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL/ISIS). Estes três grupos terroristas tomam como objetivo os interesses estratégicos das nações estrangeiras, principalmente as francesas, com a intenção de espalhar o medo entre os possíveis investidores. Diversos funcionários franceses foram sequestrados ou assassinados por estes grupos terroristas. Também cabe destacar que muitas empresas francesas instaladas neste país são objeto de constantes ameaças. Por outro lado, Boko Haram está cada vez mais presente na zona do Sahel, situação que dificulta a segurança das populações e das empresas estrangeiras instaladas no sul do país.

A França mantém com a República do Níger uma boa relação em termos de cooperação económica e securitária. Os interesses económicos franceses no norte do Níger são importantíssimos para a economia francesa. Citando Stéphane Lhomme, diretor do Observatório de Energia Nuclear, as constantes intervenções no norte Níger por parte do exército francês, mostram o interesse de governo francês em manter os grupos terroristas afastados dessa zona, protegendo assim, as minas de Arlit e Akokan no norte do país. Areva, é uma empresa francesa que extrai cada ano grandes quantidades de urânio no norte do Níger tendo como destino final as centrais nucleares franceses.

Após a deposição de Mouammar Kadhafi, a situação na fronteira com Líbia agravou-se consideravelmente. Contudo, devemos acrescentar a nula estabilidade na zona do Sahel com a presença do movimento Touareg, a recente ameaça de Boko Haram vindo do norte da Nigéria e o surgimento do ISIS que dificultam gravemente os interesses franceses na região. Por esses e outros motivos, existem acordos de cooperação militar entre os dois países para tentar travar o avanço destes grupos terroristas (Lhomme, 2013).

Numa entrevista ao jornal francês *LeMonde*, Emmanuel Grégoire do Instituto de Investigação para o Desenvolvimento (IRD), estes acordos de cooperação militar e a constante presença militar francesa no norte do Níger mostram a importância que a França atribui aos seus abastecimentos de urânio no norte do país, se não fosse por isso, França não teria acordos de cooperação militar, nem sequer teria interferido tantas vezes para proteger essas minas.

Para se ter uma ideia, Areva controla duas minas no Norte de Níger, em Arlit e Akokan, e está a

planejar construir uma terceira em Imouraren (Grégoire, 2013), tendo como objetivo que a mina de Imouraren produza um total de 5 000 toneladas de urânio por ano, tornando-se assim, na maior mina de urânio do continente africano (Grégoire, 2013). Colocando por sua vez, o Níger como segundo maior exportador de urânio do mundo. Inclusive, existem acordos de cooperação militar com os países vizinhos do Níger para proteger as minas de possíveis ameaças terroristas (Grégoire, 2013) (Anexo 3).

Essas duas minas de urânio, representam o 75% da produção elétrica que as centrais nucleares francesas produzem num ano (Grégoire, 2013). Uma interrupção considerável no fornecimento de urânio e a França estaria perante graves consequências económicas. Daí, a considerável presença no Níger e zonas próximas às minas de Arlit e Akokan.

O Sahel é uma zona onde convergem muitas ameaças que afetam de forma direta ou indireta os interesses franceses França e a União Europeia. É uma zona de passagem para milhões de migrantes, é uma via de conexão entre o Magrebe e a África austral (D'ervy, 2015). Também é uma zona onde existe todo o tipo de tráfico ilegal. Para contrariar todas estas ameaças e proteger os seus interesses nacionais, a França formalizou vários acordos de cooperação militar com diferentes nações como Marrocos, Argélia, Mauritânia, Níger, Nigéria, Chade, Republica Democrática do Congo e a República do Congo. E tem acordos de defesa com Mali, República da Costa do Marfim, República do Gabão, República dos Camarões e República Centro-Africana (D'evry, 2015) (Anexo 3).

A França criou um vasto plano de ação para proteger os seus interesses na região do Sahel através de acordos ou intervindo diretamente. Para isso, a França dispõe de várias bases militares distribuídas em pontos estratégicos, dando apoio militar, efetuando operações no terreno ou facultando formação aos exércitos nacionais (D'evry, 2015) (Anexo 3).

Este plano teve início em 2013 com o nome de Serval. Recentemente atualizou-se devido ao surgimento do Boko Haram no Sul do país. Atualmente a operação denomina-se Barhane e pretende dar apoio militar e/ou intervir nos seguintes países em caso de ameaça real (zona azul Anexo 3): Mauritânia, Mali, Burkina-Faso, Níger, Chade e República Centro-Africana (D'evry, 2015).

Como podemos ver neste caso, os fortes interesses económicos estão ligados à segurança dos mesmos e da própria nação. Com a finalidade de proteger as minas de urânio, a França tem criado vários grupos militares para lutar contra todas estas ameaças. A França está a usar a força do seu exército (*hard power*) para proteger seus interesses. Também devemos destacar que, devido à globalização, surgiram micro-poderes (grupos terroristas) que são capazes de pôr em risco os interesses estratégicos de uma nação (Naím, 2013). Estes micros poderes estão dispersos por vastas regiões podendo causar diversos danos irreparáveis.

A Operação Barhkane teve início em julho de 2014, e substituiu a operação Serval. Barhkaneque é um projeto francês que tem como finalidade, coordenar as políticas de desenvolvimento económico entre os 5 países da zona do Sahel (Mauritânia, Mali, Burquina-Faso, Níger e Tchad) e por outro lado, coordenar as políticas de segurança para erradicar o terrorismo da região.

A operação Barhkane, implica o deslocamento de perto de 4 000 militares franceses, 7 aviões de combate, 17 helicópteros, 300 carros blindados, 300 camiões com meios logísticos e 3 drones conforme informações do exército francês (Exército francês, 2016)⁸. Não eram utilizados tantos meios no estrangeiro desde a segunda guerra mundial.

O G5 do Sahel em cooperação com o exército francês procura proteger as populações de possíveis ataques terroristas; lutar contra os grupos armados para facilitar o comércio e o desenvolvimento económico; formar militarmente os exércitos dos 5 países para que possam num futuro ser auto-suficientes (pelos seus próprios meios fazer face às ameaças terroristas); e por último, lutar contra os diferentes grupos terroristas da região como Boko Haram, Touareg, ISIS... (Exército francês, 2016)⁹.

Em sinopse, a forte presença francesa na zona do Sahel é devida aos interesses energéticos que a França tem na região. O norte do Níger é uma fonte vital de fornecimento de urânio para o funcionamento das centrais nucleares francesas. Como vimos, as minas de Arlit e Akokan fornecem 75% do material que consomem as centras nucleares num ano. A presença francesa na região permite fazer face às diversas ameaças existentes.

Estes micro-poderes podem ocasionar graves interrupções no fluxo de abastecimento para as centrais. Daí que França tenha optado por estar presente militarmente e por fornecer armamento militar aos países da zona do Sahel. As deficiências, a corrupção e a grave crise orçamental que sofrem os países da zona do Sahel fazem com que a França tenha de estar constantemente em alerta e forneça armamento militar e formação aos exércitos da zona.

Voltamos a destacar a importância dada o *hard-power* pela França para proteger os seus interesses nacionais. Hans Morgenthau considera que a utilização da força é um fator importante para um país, com isso, o Estado pode acumular poder e fazer face às ameaças internas e externas de uma forma mais eficiente. Neste caso, a França tem interesses nacionais e necessidades energéticas - que estão em outros territórios, os quais estão constantemente sob ameaça, daí a necessidade de deslocar vários contingentes armados no terreno. Com esta ação, a França pretende proteger os seus interesses estratégicos.

⁸Dossier de Presse, Opération Barkhane. 2016 Équipe relations médias de l'État-major des armées. Gouvernement de France. file:///C:/Users/ismael/Desktop/20170112_NP_EMA%20CABCOM_Dossier-de-Presse-Barkhane.pdf

⁹Dossier de Presse, Opération Barkhane. 2016 Équipe relations médias de l'État-major des armées. Gouvernement de France. file:///C:/Users/ismael/Desktop/20170112_NP_EMA%20CABCOM_Dossier-de-Presse-Barkhane.pdf

Capítulo IV

Diplomacia Económica

Neste capítulo, iremos falar da relação que existe entre os dois Estados (França e Níger) no que se refere à cooperação económica. Também falaremos de um instrumento que ainda dura desde a época colonial, que é a moeda, o Franco CFA, e que muitos economistas consideram como uma arma monetária que a França utiliza para comercializar com as suas ex-colónias.

4.1 - A economia do Níger

A França e o Níger mantêm uma boa relação bilateral há muitos anos. Os respetivos primeiros-ministros encontram-se ocasionalmente. Os interesses de ambas as partes são consideráveis.

Atualmente, a economia do Níger baseia o seu crescimento e as suas exportações essencialmente na venda de urânio e petróleo. Produtos com pouco valor acrescido em comparação com as importações (material industrial, material tecnológico...). As principais importações são no domínio dos transportes, tecnologias entre outros¹⁰ (Anexo 8). Esta situação incita que os produtos exportados não compensem o alto custo das importações, causando assim, a balança comercial do Níger e de muitos outros países africanos sejam sempre deficitárias a longo prazo (Anexo 6).

A venda de urânio representa a maior fonte de rendimento para o país, e se a tudo isto acrescentarmos que foi suspensa a construção da que ia ser a maior mina de urânio de África, a situação agravou-se para a República de Níger. O país depende muito da evolução dos preços do petróleo e do urânio nos mercados internacionais, situação que lhe coloca em constante risco. Além disso, há que acrescentar que as ameaças de ataques terroristas e a insegurança não facilita o investimento estrangeiro no país. O país está aberto ao comércio internacional, esse comércio com outros países representou 60% do PIB para o ano 2011-2012 segundo dados da Société Générale¹¹.

A França é o maior parceiro socioeconómico do Níger, como importador (urânio e petróleo) e como exportador comercial. As importações francesas representam 38,4% das exportações. No referente às importações provenientes do França, estas representam o 31,7% da balança comercial do Níger, e 0,02% das francesas, com base em dados da Société Générale (Anexo 7)¹².

¹⁰Société Générale. Principais produtos comercializados. <https://import-export.societegenerale.fr/fr/trouvez-votre-marche/fiche-pays/niger/presentation-commerce>

¹¹Société Générale. Fiche sur le Níger. <https://import-export.societegenerale.fr/fr/trouvez-votre-marche/fiche-pays/niger/risque-pays-investissement>

¹²Société Générale. Principais sócios económicos da Republica do Niger. <https://import-export.societegenerale.fr/fr/trouvez-votre-marche/fiche-pays/niger/presentation-commerce>

A falta de estatísticas e dados constantes entre 2000 e 2010 não permite fazer uma análise muito detalhada, esta é uma das limitações tivemos ao longo desta investigação. A informação que se encontra é muito pouca e na maioria de casos não se pode contradizer.

Como podemos ver, a economia do Níger está baseada na exportação de recursos naturais, o qual no mercado internacional não tem um grande valor económico em comparação com outros produtos e bens de consumo. A corrupção e as carências institucionais, dificultam gravemente o desenvolvimento de outras áreas económicas e a atração de investimento.

4.2 - Cooperação para o desenvolvimento

A cooperação para o desenvolvimento é um conjunto de ações realizadas por atores públicos e privados, entre países industrializados e países em desenvolvimento, que visam promover um progresso económico sustentável aos países mais desfavorecidos (Sanahuja, 1999). Existem diferentes tipos de ajuda ao desenvolvimento, no entanto, só iremos expor sobre a cooperação ao desenvolvimento. Que consiste em promoveras ações conjuntas entre um ou vários países com o intuito de fortalecer o sector produtivo dos países mais desfavorecidas para que consigam alcançar um determinado nível de desenvolvimento económico sustentável (Sanahuja, 1999).

No que se refere à cooperação para o desenvolvimento, podemos dizer que esta abrange todos os âmbitos da sociedade. Em termos de ajuda ao desenvolvimento, a França é o segundo país que mais contribui a seguir aos Estados Unidos. Segundo fontes do próprio governo francês, a França contribuiu com ajudas que rondam os 80 milhões de euros em diferentes projetos para o ano 2015¹³.

Através desta cooperação ao desenvolvimento, França tem como prioridade solucionar cinco aspetos que considera fundamentais e criticos para o bom desenvolvimento da sociedade do Níger. Destes cinco aspetos relevamos a estabilidade económica, a segurança nacional, o desenvolvimento sustentável e durável, o desenvolvimento humano o desenvolvimento de projetos agrícolas; integração da diversidade cultural e da francofonia no país.

Com esse propósito, França criou em 1998 a *Agence Française de Développement* (AFD), instituição de carácter público tem como finalidade promover e pôr em prática as políticas e diretrizes do governo francês nas economias emergentes que mais precisam de cooperação económica. Esta agência está presente em

¹³Diplomatie du Gouvernement. Relations France-Niger. <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/niger/la-france-et-le-niger/>

quase todos os continentes à exceção de Europa e América do Norte (Anexo 9) (AFD, 2015).

Em 2015, a *AFD* investiu um total de 8,3 milhões em projetos por todo o mundo. Conforme a informação da própria instituição, os pressupostos tiveram um aumento de 15% em comparação com o ano 2012¹⁴. Atualmente, a *AFD* conta com 72 gabinetes distribuídos estrategicamente por todo mundo.

Existem três programas de ajuda ao desenvolvimento específicos para o Níger: “*Modernisation de l’État et décentralisation au Niger*”, “*Appui à la modernisation de l’Université Abdou Moumouni de Niamey*” e “*Civisme fiscal et développement humain*”.

A dotação destinada para estes projetos no Níger é de 700 000 euros.

O objetivo da instituição no Níger é, sobretudo:

- Facilitar o acesso a educação;
- Cuidados básicos de saúde;
- Acesso à água potável;
- Melhorar o desenvolvimento humanitário da sociedade.

4.3 – Política monetária: o Franco CFA

Um dos aspetos mais criticados na relação franco-africana é o uso da moeda que dura desde a época colonial. O Franco CFA é a moeda comum em todos os países da zona francófona.

Existem dois tipos de Franco CFA. Por um lado, o Franco CFA (XOF são as siglas internacionais), que é utilizado pela África Ocidental, e denominado *Franc de la Communauté Financière d’Afrique* (XOF), o qual é utilizado na República do Benim, Burquina-Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e República do Togo (Costard, 2016). Por outro lado, há o Franco CFA (XAF siglas internacionais), que é usado na África Central, e intitulado *Franc de la Coopération Financière d’Afrique Central* (XAF), sendo utilizado pelos seguintes países: República dos Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana e República do Congo (Costard, 2016).

O Franco CFA foi criado em 1945, após a ratificação por parte da França dos acordos de Bretton

¹⁴Diplomatie du Gouvernement. Relations France-Niger. <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/niger/la-france-et-le-niger/>

Woods. Antigamente, a denominação CFA significava Franco das Colónias Francesas de África. Inclusive hoje territórios do ultramar franceses, como as ilhas da Reunião e a Polinésia francesa, ainda utilizam o Franco como moeda de comércio (Costard, 2016).

O Banco Central de França (BCF) é a única instituição no mundo que garante a conversão de francos em euros. Um Franco CFA equivale a 0,0015€, sendo a taxa fixa desde 1999. Aliás, o BCF é a instituição encarregada de imprimir as notas. Hoje em dia, o franco é a única moeda em circulação que prevalece desde a época colonial (Costard, 2016).

Em 1945, a França criava o Franco CFA para reforçar a sua posição como Metrópolis forte e com o intuito de controlar o comércio das suas colónias. Com isso, podia ter acesso privilegiado às matérias-primas em tempos de guerra a um custo muito reduzido (Pigeaud, 2016). Apesar das independências na década de 1960, o Franco continuou a ser utilizado como moeda comercial na zona francófona.

Existem quatro regras impostas pelo Banco Central Francês que devem ser respeitadas pelos países da zona francófona: BCF é a única instituição a garantir a convertibilidade da moeda: os estados devem depositar 50% de suas reservas em Francos no Banco Central francês, isto é, só pode estar em circulação 50% da massa monetária; o tipo de câmbio é fixo, isto é, a moeda não circula livremente dependendo da evolução das economias; os intercâmbios comerciais entre os dois francos eram livres de comissões e não havia qualquer restrição (Pigeaud, 2016).

Em princípio, este sistema foi criado com a ideia de estabilizar as economias perante as ameaças da globalização. Os idealistas deste projeto consideravam que, estas medidas eram solidárias e que promoviam o desenvolvimento económico sustentável (Pigeaud, 2016). No entanto, as coisas mudaram muito desde 1960, e este sistema acabou por se tornar um entrave ao desenvolvimento económico dos países africanos (Pigeaud, 2016).

Apesar disto tudo, África é atualmente o segundo continente que mais cresce economicamente, só sendo superado pelo continente Asiático. Para garantir a conversão com o euro, os estados e seus bancos centrais dos países africanos são obrigados a controlar rigorosamente a inflação, isto é, o dinheiro em circulação não deve ultrapassar os 50% do total (Mbaye, 2009). Para a África Ocidental, a que nos interessa, a inflação não pode superar os 2% (Mbaye, 2009).

O facto de não poder aumentar a massa monetária em circulação no país reduz o número de créditos facilitados pelos bancos, o que por sua vez implica menos investimentos, menos dinheiro para desenvolver as infraestruturas, em resumo, menos desenvolvimento económico. Os créditos ofertados pelos bancos africanos dentro da zona francófona representam 23% do Produto Interior Bruto (PIB) de todas as nações da região. Na

Europa, esses créditos representam mais de 100% do PIB (IMF e Banco Mundial, 2015).

Desta forma, os países africanos continuam encadeados a um sistema que os prejudica seriamente e que nunca foi atualizado desde 1960. Os próprios países afetados por esta situação também são cúmplices desta situação. A inação por parte dos políticos africanos é prova disso (Lorgeoux, 2013 Bockel, 2013).

O facto de só existir um único organismo que faz a conversão, limita o comércio exterior destas nações. Já que nenhum outro país ou instituição aceita a conversão de francos à exceção do Banco Central de França (Lorgeoux, 2013 Bockel, 2013).

Por outro lado, o facto de existir uma moeda em comum entre diferentes nações, deveria beneficiar o comércio interno dentro dessa região, como é o caso da União Europeia, onde 60% do comércio é efetuado entre os diferentes países europeus (Mbaye, 2009). No entanto, e conforme os dados de diversos bancos centrais da zona francófona, o comércio entre estes países não ultrapassou os 2 a 3% anual para o ano 2014 (Mbaye, 2009).

Este sistema implica muitas limitações para as economias dos países africanos. O facto de o Franco não flutuar livremente implica que este não se adapte à realidade das economias africanas, prejudicando assim, o comércio exterior (Nubukpo, 2015). Nubukpo dá o exemplo seguinte, nos últimos anos, os países da zona francófona perderam cerca de 40% de competitividade no comércio do algodão e de outras matérias-primas. Outra das limitações deste modelo, é o requisito de manter 50% da massa monetária nos cofres do BCF, limitando assim os créditos e o desenvolvimento económico. Nubukpo considera que este sistema beneficie as elites francesas e africanas.

A última moeda colonial a desaparecer foi a Libra Esterlina da África de Leste, utilizada na Nigéria, na África do Sul e nas restantes ex-colónias britânicas... Muitos economistas africanos, como Nubukpo, pedem aos dirigentes africanos mais iniciativas governamentais para recuperar a soberania e o controlo sobre a moeda, se isso não for possível, a alternativa seria a criação de uma moeda própria e que esta não fosse controlada desde Paris. Já que o controlo da moeda permite aos estados ser mais competitivos no comércio exterior entre outras vantagens (Nubukpo, 2016).

Conclusão, o facto de não poder controlar a emissão da moeda por parte do Níger, limita determinadas ferramentas da política monetária do Níger. Este facto, aliado à corrupção, às deficiências institucionais e as ameaças terroristas do ISIS e do Boko Haram no norte e centro do país, limitam a entrada de inversores e capitais estrangeiros devido a altos riscos e à insegurança.

Conclusões

Após uma análise detalhada dos factos e da relação França-Níger podemos responder às questões que nos levarão posteriormente a encontrar a resposta final desta dissertação.

Qual o estado atual da célula *Françafrique*?

Durante os dois mandatos de Jacques Chirac não houve praticamente nenhuma alteração na célula da *Françafrique*. Dos vários propósitos enunciados em sessão de investidura em 1996, nenhum deles foi cumprido, nem respeitado ao longo dos dois mandatos. Aliás, muito pelo contrário, Jacques Chirac teve aproximações com muitos mandatários africanos de questionável reputação. Apesar de as suas visitas ao continente africano terem sido poucas, foram muito questionadas devido aos vários interesses público-privados em jogo.

Como vimos, desde 1996 a 2012, o continente africano, em especial as ex-colónias, deixaram de ser uma prioridade para o governo de Jacques Chirac. A prioridade do governo francês centrar-se-ia em outros países africanos (Nigéria, África do Sul, Angola) e em outras regiões do globo. As ex-colónias da África Ocidental e Central deixaram de ser prioridade para Paris, à exceção do Níger, que é o principal fornecedor de urânio das centrais nucleares francesas.

Durante a presidência do Nicolas Sarkozy deram-se alterações consideráveis em comparação com a presidência de Jacques Chirac. Sarkozy foi um Presidente muito cauteloso nas visitas ao continente africano. As suas visitas foram bastantes limitadas, se comparamos com outras regiões do globo.

Apesar dos seus polémicos comentários, em Cotonu, na República do Benim, em 2006 onde especificava que parte da culpa dessa colonização era devido à inação do povo africano e de que o seu governo deveria pedir desculpas pelos atos criminosos da época colonial, as suas ações posteriores falaram mais alto de que as palavras desse discurso. A presidência do Nicolas Sarkozy trouxe uma esperança para o melhoramento das relações franco-africanas e também das relações entre a República de França e a República do Níger. Apesar da constante renovação da classe política francesa e africana ainda continuam no poder políticos que cresceram e viveram durante a época colonial e que pretendem usufruir da situação de influência que França até à data. Apesar da supressão da célula da *Françafrique* por parte do gabinete de Nicolas Sarkozy, não podemos ignorar a presença de políticos da geração colonial. Os quais pela sua experiência e pelos seus contactos com altos cargos africanos e/ou governos podem beneficiar-se ainda hoje. Existem alguns altos cargos franceses que estão em julgamento por enriquecimento ilícito, tráfico de influências e branqueamento de capitais derivado de ações ilícitas em solo africano (Duhem, 2014).

Qual o grau de importância da República do Níger para a França?

No que se refere a esta questão, podemos dizer que entre 2000 e 2012 as visitas à República do Níger não foram propriamente uma prioridade para os governos franceses. Num período de 12 anos só realizaram 3 visitas de Estado segundo o próprio *site* da Diplomacia Francesa. Estas visitas serviram principalmente para reafirmar e melhorar os acordos existentes entre ambos os países. Os referidos acordos centram-se principalmente na cooperação militar e económica. Os acordos no âmbito da cooperação militar têm como objetivos: a formação de quadros e militares da República do Níger para fazer face às ameaças terroristas; cooperação militar na defesa das duas minas de Arlit e Akokan, no norte do Níger; criar e formar um exército sólido para que a República do Níger possa num futuro ser auto-suficiente e fazer face por si só às ameaças terroristas sem depender de ajuda externa.

Como podemos ver, a significativa presença militar francesa no norte do Níger é devido aos fortes interesses que França possui nessa região.

Quais são os interesses franceses no Níger?

Como já vimos no decorrer desta investigação, os interesses económicos que França possui no continente africano centram-se praticamente na zona do Sahel, e mais especificamente no norte da República do Níger. As grandes reservas de urânio (anexo 3) são as principais fontes de abastecimento das 19 centrais nucleares que produzem 75% da eletricidade do país. A principal prioridade do governo francês é a proteção das minas e do transporte do mesmo.

A presença militar francesa no continente africano centra-se praticamente na zona do Sahel, mais concretamente no norte do Níger. O contingente francês deslocado na zona do Sahel procura dar apoio económico e militar ao denominado G5 do Sahel, composto pela Mauritânia, Mali, Burkina-Faso, Níger, Chade. Os diversos contingentes franceses na zona do Sahel são pequenos em comparação com o localizado no Níger.

A escassa formação técnica e os deteriorados equipamentos militares do exército do Níger, força o governo francês a deslocar um contingente significativo para o país. Estas forças visam dar apoio técnico, militar e material ao exército do Níger para que no longo prazo possa ser auto-suficiente face às ameaças terroristas da região.

No referente às duas hipóteses iniciais, consideramos que a primeira hipótese (existência de uma determinada influência) é válida, situação que invalida a segunda hipótese, a qual defendia que não existia nenhuma influência francesa.

Existe uma determinada influência por parte da República Francesa para com a República do Níger. A razão principal que sustenta esta afirmação, é a presença, ainda hoje, de mecanismos instaurados durante a época colonial. O Franco CFA continua a ser uma herança presente nas ex-colónias francesas, incluindo o Níger. Como já vimos, a existência de uma moeda com regras e normas herdadas da época colonial, limitam amplamente o crescimento e desenvolvimento socioeconómico do Níger como defende Nubukpo. Graças à existência, ainda hoje desta moeda, a República de França esta beneficiada amplamente no comércio exterior com as diferentes colónias e com a República do Níger. Os fortes interesses energéticos são outro fator a ter em conta nesta relação bilateral. A carência de recursos exportados de alto valor acrescido por parte do Níger aliados à necessidade de recursos monetários provocam que o Governo do Níger se veja sujeito em parte aceitar quase qualquer condição imposta por França para a venda de Urânio (Nubukpo, 2016).

Influência francesa em África no século XXI: O caso do Níger

Atualmente, o Franco CFA é a única moeda da época colonial em circulação. Esta situação pode implicar diversas limitações para o comércio das ex-colónias francesas. Por um lado, o BCF é a única instituição a garantir a convertibilidade da moeda, situação que poderá limitar o país na concretização de acordos comerciais com outros parceiros regionais.

Além disso, e conforme as regras do BCF, o Estado deve ter um 50% de suas reservas em Francos CFA nos cofres do Banco Central de França, limitando assim, uma maior circulação de capitais dentro do país e da região. Esta situação limita o desenvolvimento económico, já que ao existir mais massa monetária em circulação, os bancos e instituições financeiras podem facilitar crédito e financiar projetos que posteriormente geram emprego e riqueza.

Uma outra limitação instaurada pelo BCF é a não circulação da moeda no mercado internacional. Isto implica que a moeda não se ajuste às regras da oferta e da procura que possa existir no mercado internacional. Situação que por sua vez, prejudica e limita os potenciais benefícios que pode oferecer o comércio exterior, em particular o de matérias-primas. Para fazer face a estas limitações colocadas pelo BCF existem duas possibilidades: por um lado, reajustar e atualizar as regras existentes desde 1945 à atualidade e às necessidades dos países da zona francófona, facilitando assim, mais margem de manobra aos ministérios

de economia e às instituições financeiras dos respetivos países para criar políticas que favorecem ainda mais o desenvolvimento socioeconómico dos países e possam assim, também beneficiar das vantagens do comércio exterior.

A outra hipótese seria a criação de uma nova moeda controlada e gerida por cada país ou pelas instituições financeiras que as ex-colónias francesas têm em comum. A República do Níger é o último país da lista do Índice de Desenvolvimento Humano, realizada cada ano pelas Nações Unidas. Situação que não favorece o investimento estrangeiro.

A história mostra-nos como muitas ex-colónias decidiram optar pelo segundo ponto supramencionado, a criação de uma nova moeda totalmente desvinculada de qualquer instituição externa. As ex-colónias britânicas (Nigéria, África do Sul) decidiram de forma unilateral abandonar o uso da Libra da África do Leste e passaram a ter uma moeda própria. Esta situação permitiu-lhes recuperar a soberania e controlo sobre a moeda, facilitando assim, uma maior abertura ao comércio exterior e um desenvolvimento económico mais rápido. O crescimento económico das ex-colónias britânicas é muito superior ao das ex-colónias francesas do facto de recuperar o controlo da moeda (Nubukpo, 2016).

Uma outra questão muito importante para a República francesa é a sua grande dependência do urânio. Como vimos, os interesses franceses em África, e concretamente no norte do Níger são consideráveis. São poucos os países europeus que dispõem de recursos naturais no seu solo e a França não é exceção à regra. Atualmente existem várias formas de produzir eletricidade: através da utilização de energias renováveis (eólica, solar, biomassa...), como exemplo podemos destacar Alemanha, Holanda; gás, petróleo. Para sustentar essas centrais nucleares é preciso muito urânio de forma ininterrupta, o qual existe em abundância nas minas de Arlit e Akokan, na República do Níger.

Ao identificarmos estas necessidades energéticas, conseguimos perceber o porquê da forte presença militar no norte do Níger para proteger essa fonte de abastecimento. Uma alternativa para colmatar essa dependência de urânio, seria a de fomentar o uso de outras fontes de abastecimento energético (eólica, solar, biomassa) reduzindo assim, de 75% para uma percentagem menos importante, limitando os riscos macroeconómicos de corte no fornecimento de matéria-prima.

No âmbito cultural, podemos destacar que a ação cultural na República do Níger é bastante diminuta devido às limitações socioeconómicas do país. As escassas infra-estruturas ferroviárias, rodoviárias e institucionais do governo limitam em demasia a ação cultural que o *Institut Français* possa realizar. Além disso, grande parte do país é composto por tribos Touareg com a sua própria língua, cultura e identidade ge-antropológica.

Em resumo, e com base no conteúdo exposto ao longo deste trabalho, podemos corroborar a hipótese inicial, da existência de uma determinada influência francesa de âmbito económico no país, com o intuito de privilegiar o acesso constante e ininterrupto a matérias-primas, como o urânio, a um baixo custo em comparação com outros países. O facto de as ex-colónias, e mais concretamente a República do Níger, utilizar uma moeda da época colonial, que prevalece com normas e regras inamovíveis desde 1945, limita em vários aspetos o comércio exterior e o desenvolvimento económico e humano do país. Contudo, podemos afirmar que após mais de 60 das denominadas independências, a França exerce uma certa influência no presente e futuro imediato do Níger.

BIBLIOGRAFIA

- Ambassade de France au Niger. Diplomatie. La coopération bilatérale franco-nigérienne. <http://www.ambafrance-ne.org/La-cooperation-bilaterale-franco,2502#les-instruments-cooperation-francaise-1>
- Ballesteros Martín, Miguel Ángel. 2012, Introducción ¿Por qué un análisis geopolítico?. Panorama Geopolítico de los conflictos 2012. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Ministerio de Defensa. http://www.ieee.es/Galerias/fichero/panoramas/Panorama_geopolitico_2012.pdf
- Banque Mondiale. 2015. Crédit intérieur fourni au secteur privé (% du PIB). <http://donnees.banquemondiale.org/indicateur/FS.AST.PRVT.GD.ZS?end=2015&start=1960&view=chart> ;
- Bender, Jeremy. France's Military is all over Africa. BusinessInsider.com . 2015. <http://www.businessinsider.com/frances-military-is-all-over-africa-2015-1>
- Benquet, Patrick. 2010. Documentaire, la Françafrique
- Besson, J. e Beaumont, R. (2012): Avis sur le projet de loi de finances pour 2013: Action extérieure de l'État: Diplomatie culturelle et d'influence
- Birambaux, Isabelle. 2011. El Institut Francés se renueva: una reforma al servicio del soft-power. Real Instituto Elcano. http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/riecano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/lengua+y+cultura/ari92-2011
- Cadena Montenegro, José Luis. 2006. La geopolítica y los delirios imperiales de la expansión territorial a la conquista de mercados. Universidad de los Andes. Revista de Relaciones Internacionales, estrategia y seguridad. <https://www.academia.edu/7082442/Geopolitica>
- Cañas, Gabriela. 2017. Francia cerrará su central nuclear más antigua. El País. http://internacional.elpais.com/internacional/2017/01/24/actualidad/1485261020_156763.html
- Casado, Félix Redondo. 2009. Key elements of the audiovisual policy of the International Organization of la Francophonie. Revista Latina de Comunicación Social 2009, 12 (64). <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81911786030>
- Claude, Gérard. 2007. Chirac l'Africain: Dix ans de politique Africaine de la France, 1996-2006. Politique étrangère. Institut Français des Relations internationales (IFRI). CAIRN. ISSN 0032-342X- ISBN 9782200923792 <http://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2007-4-page-905.htm>
- Collins Dictionary. Post-colonial. <http://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/postcolonial?showCookiePolicy=true>

- Costard, Emile. 2016. Pourquoi la France fixe-t-elle le taux du franc CFA ?. Le Monde Afrique. http://www.lemonde.fr/afrique/video/2016/04/08/pourquoi-la-france-fixe-t-elle-le-taux-du-franc-cfa_4898481_3212.html
- CuéllarLaureano, Rubén. 2012. Geopolitics. Origin of the Concept and its Evolution. Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM, núm. 113. UNAM. revistas.unam.mx/index.php/rri/article/download/48963/44028
- Da Silva, Edna Lúcia; Menezes, EsteraMuszkat. 2005. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3439.pdf
- Dahl, Robert. 1957. The Concept of Power. Department of Political Science, Yale University. https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/articles/Dahl_Power_1957.pdf
- Dallanegra Pedraza, Luis. 2010. Universidad Nacional de Rosario (UNR). Revista mexicana de ciencias políticas y sociales. Volumen 52, N°210. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-19182010000300002&lang=es
- Diplomatie Gouvernement. 2016. La France et le Niger. <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/niger/la-france-et-le-niger/>
- Diplomatie Gouvernement. 2016. Présentation du Niger. <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/niger/presentation-du-niger/>
- D'evry, Antoine. 2015. L'opération Serval à l'épreuve du doute: Vrais succès et fausses leçons. IFRI Laboratoire de Recherche sur la défense. ISBN: 978-2-36567-420-1. https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/fs59devry_0.pdf
- DomenchRey, Fernando. NicolásMaquiavelo, 2010. El Príncipe (Básica de Bolsillo). Ediciones Akal, S.A.
- Duhem, Vicent. 2014. France : Balkany rattrapé par ses pratiques douteuse en Afrique. JornalJeuneAfrique. Rubrique Politique. <http://www.jeuneafrique.com/41905/politique/france-patrick-balkany-rattrap-par-ses-pratiques-douteuses-en-afrique/>
- ExercitoFrancês. 2016. Dossier de Presse, Opération Barkhane. 2016 Équipe relations médias de l'État-major des armées. Gouvernement de France. file:///C:/Users/ismael/Desktop/20170112_NP_EMA%20ABCABCOM_Dossier-de-Presse-Barkhane.pdf
- Fernández Leost, José Andrés. 2015. Acción cultural exterior en Europa: un análisis comparado. Observatorio cultura y comunicación. Fundación alternativa. http://www.fundacionalternativas.org/public/storage/cultura_documentos_archivos/d4eb3a4b3ddbb0de98de5d36b5bb4d42.pdf
- France Diplomatie. Présentation Niger. Gouvernement de France. <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/niger/presentation-du-niger/>

- France Diplomatie. La France et le Niger. Gouvernement de France. <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/niger/la-france-et-le-niger/>
- Fonds monétaire international. 2014. Allégement de la dette au titre de l'initiative en faveur des pays pauvres très endettés (PPTÉ). <https://www.imf.org/external/np/exr/facts/fre/hipcf.htm>
- Grégoire, Emmanuel. 2013. Mines d'uranium : "la France n'a pas intérêt à ce que le conflit malien s'étende au Niger". Interview a Emmanuel Grégoire. Le Monde. http://www.lemonde.fr/afrique/article/2013/01/31/mines-d-uranium-la-france-n-a-pas-interet-a-ce-que-le-conflit-malien-s-etende-au-niger_1825026_3212.html
- Gil, António Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- IMF, 2014. IMF. http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?year_high_desc=true
- Haag, D. (2011). Mechanisms of Neocolonialism: Current French and British in Cameroon and Ghana. Barcelona: Institut Català Internacional Per la Pau. http://icip.gencat.cat/web/.content/continguts/publicacions/workingpapers/2011/arxiu/wp_2011-6_ing.pdf
- Khosla, Simran. 2014. These maps show where the world's youngest and oldest people live. Pri.org/CIA Factbook. <http://www.pri.org/stories/2014-09-08/these-maps-show-where-world-s-youngest-and-oldest-people-live>
- Khosla, Simran. 2014. This map shows which export makes your country the most money. Pri.org/CIA Factbook <http://www.pri.org/stories/2014-05-14/map-shows-which-export-makes-your-country-most-money>
- Lasserre, Isabelle. Centre-afrique: la France, gendarme malgré elle. Lefigador.fr. 2013. <http://www.lefigaro.fr/international/2013/12/05/01003-20131205ARTFIG00610-la-france-gendarme-malgre-elle-en-afrique.php>
- Larivé, Maxime H.A. Welcome to France's New War on Terror in Africa: Operation Barkhane. 2014. <http://nationalinterest.org/feature/welcome-frances-new-war-terror-africa-operation-barkhane-11029>
- Laurent, Séverine. 2015. La TV payante en Afrique francophone, un enjeu géopolitique. <http://www.inaglobal.fr/television/article/la-tv-payante-en-afrique-francophone-un-enjeu-geopolitique-8560>
- Lecadre, Renaud; Fansten, Emmanuel. 2014 Balkany mineur de fonds. Journal Libération. http://www.liberation.fr/france/2014/11/13/balkany-mineur-de-fonds_1142495
- Lhomme, Stéphane. 2013. Une guerre au Mali et de l'uranium au Niger: des islamistes très utiles au pouvoir français. Observatoire du nucléaire. <http://observ.nucleaire.free.fr/guerre-mali-uranium-niger.htm>
- Lorgeoux, Jeanny; Bockel, Jean-Marie. 2013. L'Afrique est notre avenir. Rapport d'information n°104 (2013-2014). Commission des affaires étrangères, de la défense et des forces armées. Sénat Français. http://www.senat.fr/rap/r13-104/r13-104_mono.html#toc72
- Observatorio Vasco de la Cultura. http://www.kultura.ejgv.euskadi.eus/contenidos/informacion/keb_argitalpenak_sektoreka/es_kebargit/adjuntos/diplomacia_cultural.pdf
- OIF. <http://www.francophonie.org/>

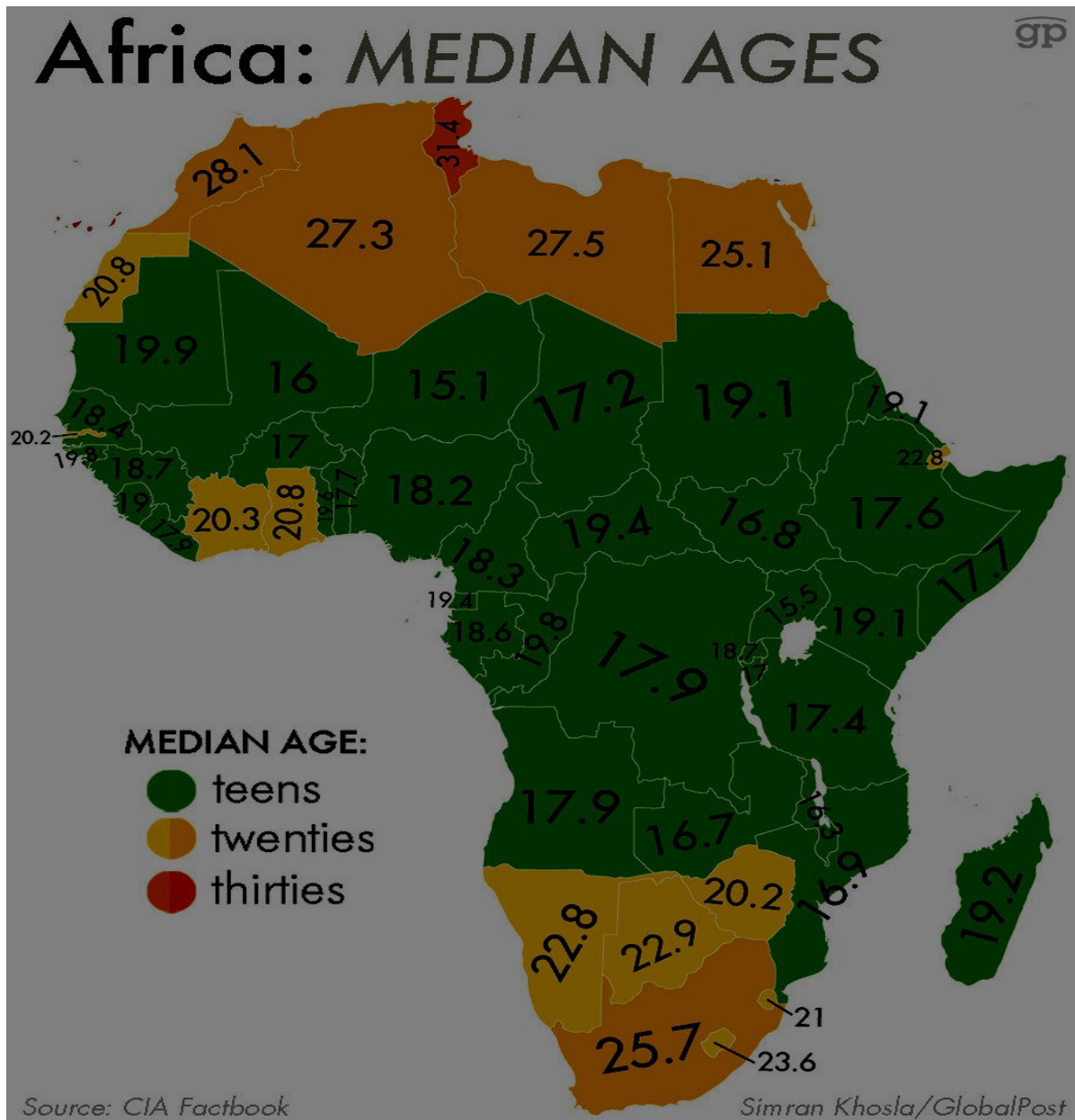
- Oxford Dictionary. Postcolonial. <https://en.oxforddictionaries.com/definition/postcolonial>
- Macías Chávez, Karla Cecilia. 2015 El neocolonialismo en nuestros días: la perspectiva de Leopoldo Zea. Universidad de Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. UniversitasPhilosophica, 32(65), pp. 81-106. ISSN 0120-5323, ISSN en línea: 2346-2426 <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=409543046004>
- Marimar, Mariamar. 2016. El imperialismo en el siglo XIX: El reparto del mundo. Sobrehistoria.com .<http://sobrehistoria.com/el-imperialismo-en-el-siglo-xix-el-reparto-del-mundo/>
- Mbaye, Sanou. 2009. Les avatars du Franc CFA, flux des capitaux et régression économique en Afrique Francophone. L'Afrique au secours de l'Afrique. Éditions de l'atelier. http://www.pauljorion.com/blog/2016/04/16/les-avatars-du-franc-cfa-flux-des-capitaux-et-regression-economique-en-afrique-francophone-par-sanou-mbaye/#_ednref2
- Mearsheimer, John J. (2001), The Tragedy of Great Power Politics, Norton & Co., Nueva York. <http://www.kropfpolisci.com/realism.mearsheimer.pdf>
- Miège, B.(2010): Les stratégies françaises de coopération internationale dans le domaine de la culture et de la communication, FundaciónAlternativas. <http://hal.univ-grenoble-alpes.fr/hal-01250774>
- Morgenthau, Hans (1973), Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace, Knopf, Nueva York. http://worldview.carnegiecouncil.org/archive/worldview/1979/01/3168.html/_res/id=sa_File1/v22_i001-002_a014.pdf
- Morrison, Donal. 2007. Magazine TIME. In Search of Lost Time. <https://lepvaddendum.wordpress.com/2010/04/02/in-search-of-lost-time-by-donald-morrison/>
- Naím, Moisés. 2013. El fin del Poder. Editorial: Debate. ISBN: 9788499923000
- Nkrumah, Kwame. 1965. Neo-Colonialism, the Last Stage of imperialism. Thomas Nelson & Sons, Ltd. <https://politicalanthro.files.wordpress.com/2010/08/nkrumah.pdf>
- Nye, Joseph S. (2004), Soft Power. The Means to Success in World Politics, Public Affairs, Nueva York. http://digitalcommons.sacredheart.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1278&context=wcob_fac
- Noya, Javier. 2015. El poder simbólico de las naciones. Documento de trabajo (DT) 35/2005. Real Instituto elcano. http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/Elcano_es/Zonas_es/DT35-2005
- Nubukpo, Kako. 2015. Le franc CFA freine le développement de l'Afrique. Le Monde Afrique. http://www.lemonde.fr/afrique/article/2015/07/08/le-franc-cfa-freine-le-developpement-de-l-afrique_4675137_3212.html
- Nubukpo, Kako. 2016. Il faut sortir de l'omerta sur le franc CFA. Le Monde Afrique. http://www.lemonde.fr/afrique/article/2016/09/30/il-faut-sortir-de-l-omerta-sur-le-franc-cfa_5006146_3212.html

- Pigeaud, Fanny. 2016. Le franc CFA: une monnaie nocive pour les Etats Africains 1/3. MediaPart. <https://www.mediapart.fr/journal/international/070816/le-franc-cfa-13-une-monnaie-nocive-pour-les-etats-africains>
- Pigeaud, Fanny. 2016. Le franc CFA: une monnaie nocive pour les Etats Africains 2/3. MediaPart. <https://www.mediapart.fr/journal/international/090816/le-franc-cfa-23-entre-domination-et-servitude-volontaire>
- Pigeaud, Fanny. 2016. Le franc CFA: une monnaie nocive pour les Etats Africains 3/3. MediaPart. <https://www.mediapart.fr/journal/international/110816/le-franc-cfa-33-impossible-de-changer>
- Politique africaine. Les «engagements de campagne »de François Bayrou, Ségolène Royal et Nicolas Sarkozy vis-à-vis de l'Afrique («France-Afrique. Sortir du pacte colonial», Politique africaine, n° 105, mars 2007, p. 140sq, disponible en ligne sur Politique-africaine.com). <https://www.cairn.info/revue-politique-africaine-2007-1-page-7.htm>
- RAE. Real Academia de la Lengua. <http://dle.rae.es/?id=Q0leo9Z>
- Rodríguez U., Manuel Luis. 2012. ¿ Qué estudia la geopolítica? Notas para una introducción al estudio de la geopolítica contemporánea. <https://geopoliticaxi.wordpress.com/2014/02/09/%C2%BFque-estudia-la-geopolitica-notas-para-una-introduccion-al-estudio-de-la-geopolitica-contemporanea/>
- Rudeng, Erik. 2011. The Art of Difference From Europe as a Cultural project to EU policies for culture. European Cultural Foundation and Fritt Ord Foundation. ISBN 978 1 907376 12 2. http://www.nck.pl/media/study/the_art_of_difference_from_europe_as_a_cultural_project_to_eu_policies_for_culture.pdf
- Sanahuja Perales, José Antonio. 1999. El sistema internacional de cooperación al desarrollo: una aproximación a sus actores e instrumentos (coautor, Madrid, CIDEAL, 1999). https://www.academia.edu/546351/El_sistema_internacional_de_cooperaci%C3%B3n_al_desarrollo_una_aproximaci%C3%B3n_a_sus_actores_e_instrumentos
- Société Générale. 2015. Niger. <https://import-export.societegenerale.fr/fr/trouvez-votre-marche/fiche-pays/niger/risque-pays-economie>
- Thiam, Assane. 2008. La politique africaine de Nicolas Sarkozy: Rupture ou continuité?. Politique étrangère. Institut Français des Relations internationales (IFRI). CAIRN. ISSN 0032-342X - ISBN 9782865924042. <http://www.cairn.info/revue-politique-etrangere-2008-4-page-873.htm>
- Thomas Deltombe, Manuel Domergue et Jacob Tatsitsa, Kamerun !, une guerre cachée aux origines de la Françafrique, 1948-1971. Éditions La Découverte, Paris, 2011 (ISBN 978-2-7071-5913-7). Note 14 de la page 133
- Vampouille, Thomas. 2011. La «Françafrique», mode d'emploi d'une filière occulte. Le Figaro. <http://www.lefigaro.fr/actualite-france/2011/09/13/01016-20110913ARTFIG00450-la-francafrique-mode-d-emploi-d-une-filiere-occulte.php>

- Verschave, François-Xavier. 1998. *Françafrique : Le plus long scandale de la République*. ISBN : 2234049482. STOCK (2003)
- Young, R.J.C. (2006). *¿Qué es la crítica poscolonial?*. Pomona College, Claremont, California. Translation by Maria Donapery 2006. <http://robertjcyoung.com/criticaposcolonial.pdf>
- Waltz, Kenneth (1988), *Teoría de la Política Internacional*, Estudios Internacionales, Buenos Aires. <http://biblio3.url.edu.gt/Publi/Libros/InstitucionesInternacionales/04.pdf>

ANEXOS

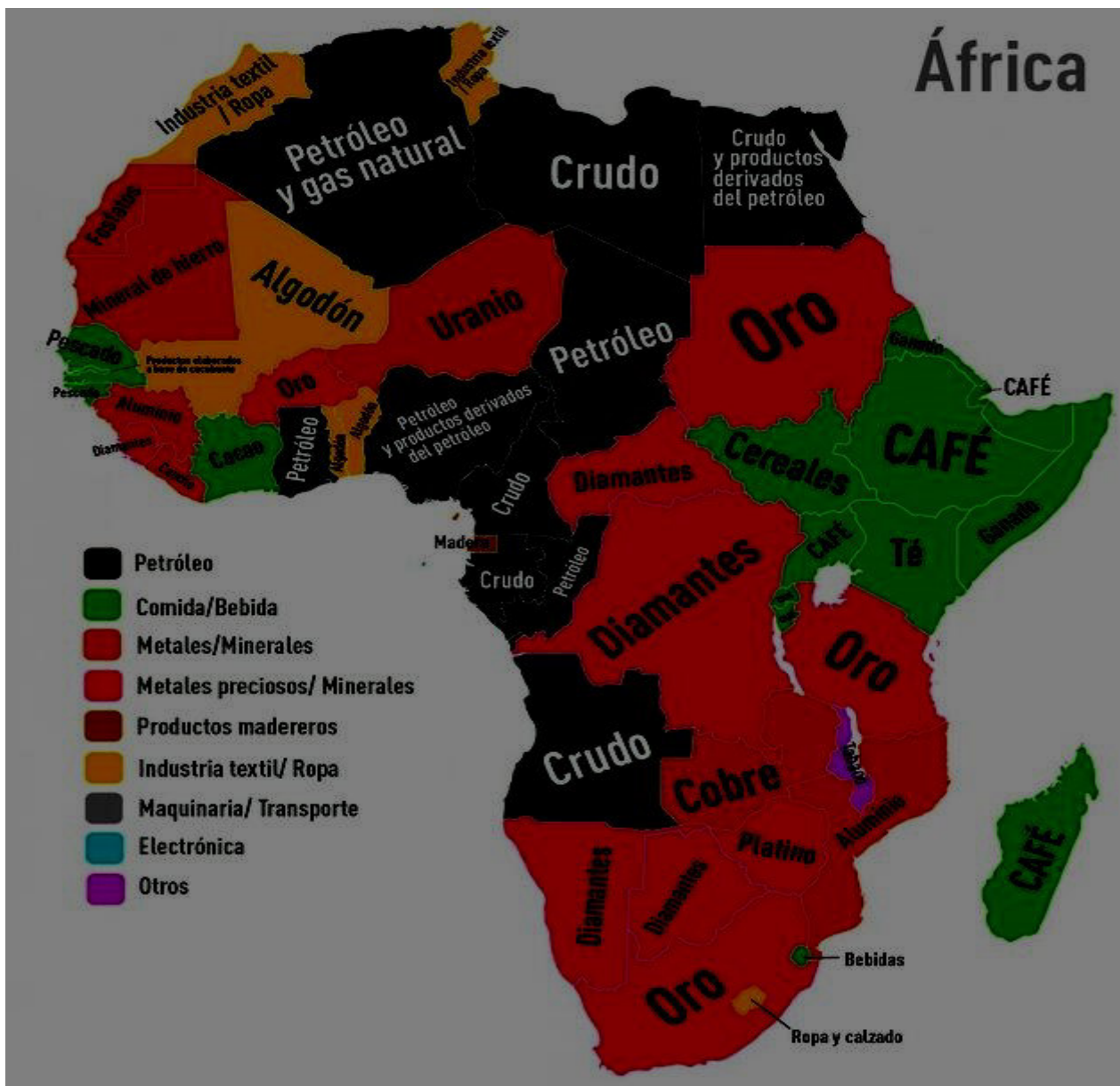
Anexo 1



Khosla, Simra. 2015. World Medium Age. CIA Factbook.

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2177.html>

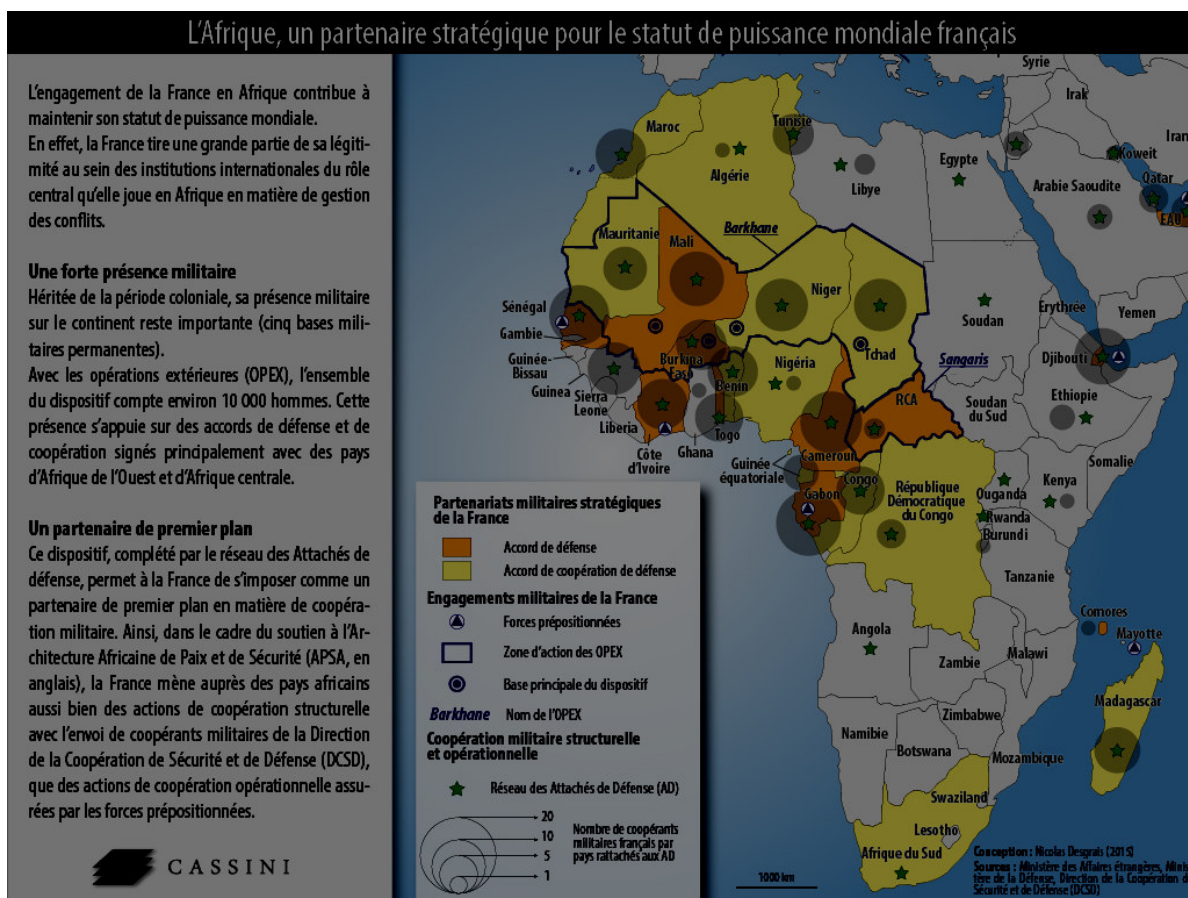
Anexo 2



Khosla, Simran. 2012. Every Country's Highest Valued Export. CIA Factbook.

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2177.html>

Anexo 3



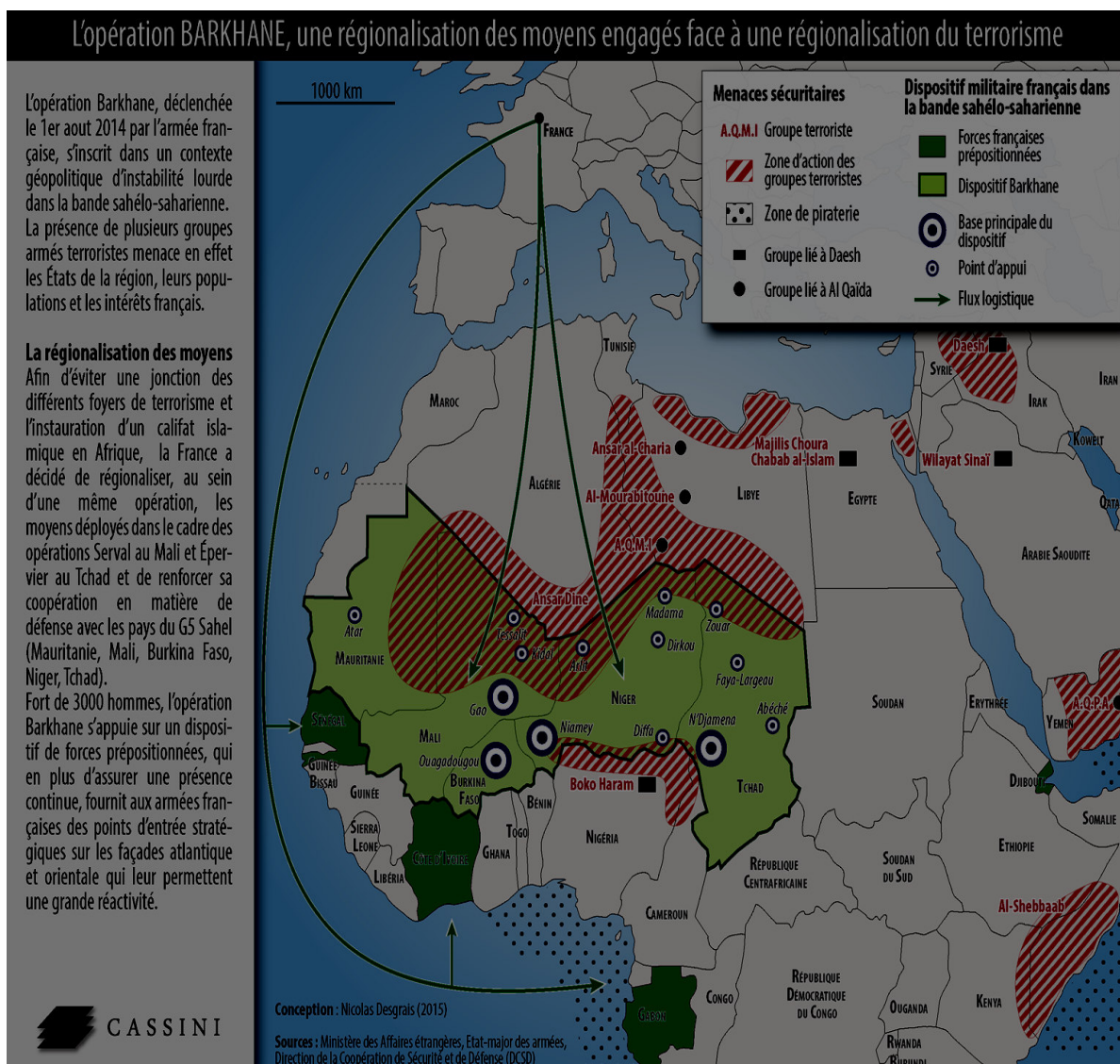
Hugon, Philippe. 2016. La politique africaine de la France : Entre relations complexes et complexées. Ministère des affaires étrangères. Gouvernement. 2016. http://www.diploweb.com/IMG/png/CASSINI_DIPLOWEB_AFRIQUE_2_-01-2.png<http://www.diploweb.com/La-politique-africaine-de-la.html>

Anexo 4



Wikipedia. 2016. Mapa do Níger. <https://es.wikipedia.org/wiki/N%C3%ADger>

Anexo 5



Hugon, Philippe. 2016. La politique africaine de la France : Entre relations complexes et complexées. Ministère des affaires étrangères. Gouvernement. 2016. http://www.diploweb.com/IMG/png/CASSINI_DIPLOWEB_AFRIQUE_2_-01-2.png
<http://www.diploweb.com/La-politique-africaine-de-la.html>

Anexo 6

Présentation du Niger : Commerce extérieur

Importations de biens (millions USD) :	1.990 (Source : OMC - Organisation Mondiale du Commerce, 2015)
Exportations de biens (millions USD) :	1.050 (Source : OMC - Organisation Mondiale du Commerce, 2015)
Importations de services (millions USD) :	1.038 (Source : OMC - Organisation Mondiale du Commerce, 2014)
Exportations de services (millions USD) :	271 (Source : OMC - Organisation Mondiale du Commerce, 2014)
Balance commerciale (hors services) (millions USD) :	-430 (Source : Banque Mondiale, 2013)
Commerce extérieur (en % du PIB) :	56,6 (Source : Banque Mondiale, 2015)

Société Générale. 2016. Comércio exterior da Republica do Níger. Société Générale.

<https://import-export.societegenerale.fr/fr/trouvez-votre-marche/fiche-pays/niger/presentation-commerce>

Anexo 7

Principaux pays partenaires					
Principaux clients <i>(% des exportations)</i>		2015	Principaux fournisseurs <i>(% des importations)</i>		2015
France		38,4%	France		31,7%
Etats-Unis		18,0%	Chine		23,0%
Nigéria		12,5%	Etats-Unis		5,4%
Burkina Faso		5,5%	Inde		3,8%
Suisse		5,3%	Nigéria		3,7%
Voir plus de pays		20,3%	Voir plus de pays		32,4%

Source : Comtrade, dernières données disponibles

Société Générale. 2016. Comércio exterior da Republica do Níger. Société Générale.

<https://import-export.societegenerale.fr/fr/trouvez-votre-marche/fiche-pays/niger/presentation-commerce>

Anexo 8

Principaux produits échangés

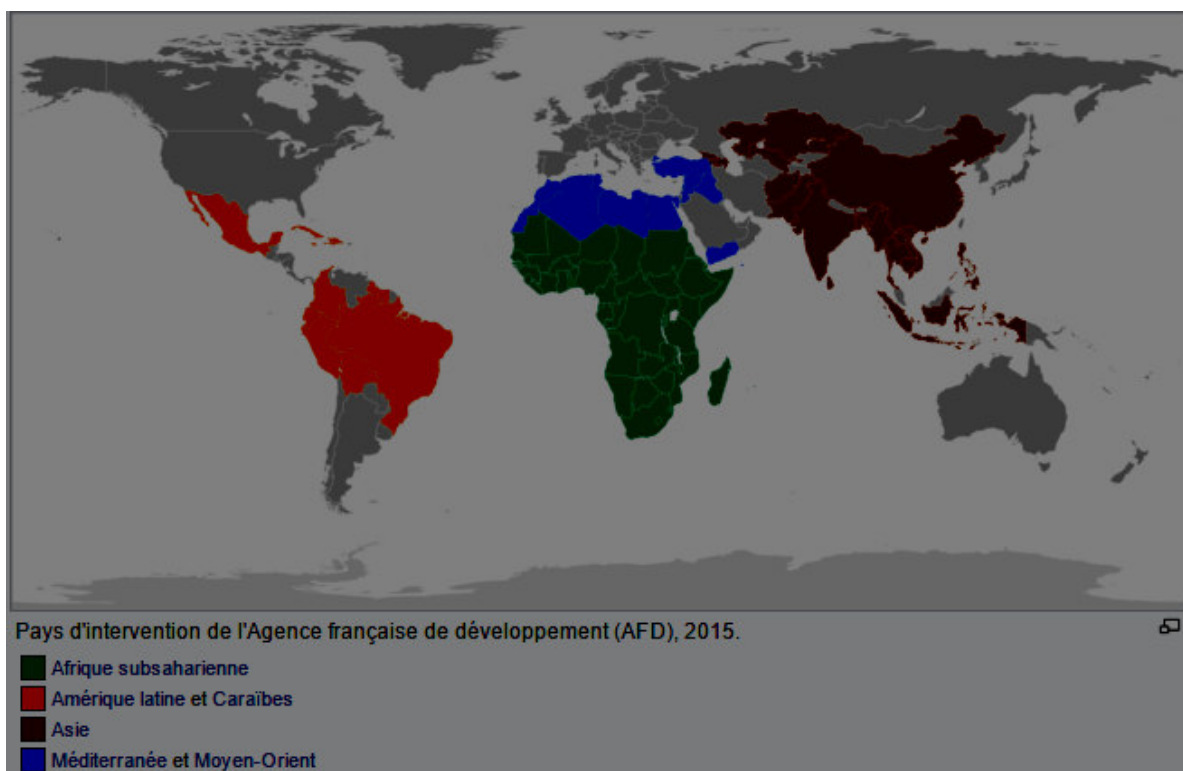
0,8 Mds USD de produits exportés en 2015		2,5 Mds USD de produits importés en 2015	
Minerais d'uranium ou de thorium et leurs concentr...	50,9%	Véhicules aériens conçus pour la propulsion à...	13,9%
Huiles de pétrole ou de minéraux bitumineux ...	17,9%	Parties des véhicules aériens et spatiaux du n°...	11,0%
Or, y.c. l'or platiné, sous formes brutes ou...	5,3%	Riz	6,5%
Véhicules automobiles pour le transport de...	4,4%	Ciments hydrauliques, y.c. les ciments non pulv...	3,2%
Huile de palme et ses fractions, même raffinées,...	3,6%	Huiles de pétrole ou de minéraux bitumineux ...	3,2%
Voir plus de produits	18,0%	Voir plus de produits	62,1%

Source : Comtrade, dernières données disponibles

Société Générale. 2016. Comércio exterior da Republica do Níger. Société Générale.

<https://import-export.societegenerale.fr/fr/trouvez-votre-marche/fiche-pays/niger/presentation-commerce>

Anexo 9



Pays d'intervention de l'Agence française de développement (AFD). 2015. Agence Française de développement.

www.afd.fr. <http://www.afd.fr/home/pays/afrique/geo-afr>